

# BMEP

Boletim Mensal de Economia  
Portuguesa

• Nº 5 | Maio 2008



Gabinete de Estratégia e Estudos  
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Maio de 2008

Elaborado com informação disponível até ao dia 20 de Maio.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

## Índice

<b>Conjuntura</b>	<b>1</b>
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	19
<b>Destaques</b>	<b>25</b>
Previsões Macroeconómicas da Comissão Europeia – Primavera de 2008	27
Relatório de Orientação da Política Orçamental	31
Comércio internacional de Portugal com Angola	33
Incremento das exportações para o Brasil no 1º trimestre de 2008	37
Recuperação das exportações para a Venezuela no 1º trimestre de 2008	39
Convite à Submissão de Artigos	41
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>43</b>
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>51</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* A Comissão Europeia reviu em baixa as suas previsões para o crescimento da economia mundial em 2008 e 2009 (em 0,9 p.p. e 1,2 p.p., respectivamente). No mesmo sentido foram revistas as previsões relativas à economia norte-americana, apontando para um crescimento do PIB de 0,9% em 2008 (2,2% em 2007), menos 0,8 p.p. do que nas previsões de Outono de 2007. Para a UE, prevê-se um abrandamento mais moderado para 2% (2,8% em 2007), representando uma revisão de -0,4 p.p. face ao anteriormente previsto.
- \* Apesar das perspectivas de abrandamento para o conjunto do ano de 2008, o desempenho das principais economias no 1º trimestre manteve-se robusto: o crescimento do PIB dos EUA foi de 2,5% em termos homólogos, igual ao período anterior, e o PIB da UE cresceu 2,4%, marginalmente abaixo do registado no 4º trimestre de 2007 (2,5%).
- \* No dia 30 de Abril, a Reserva Federal voltou a diminuir a sua taxa de juro directora em 0,25 p.p. para 2% e, no dia 2 de Maio, foi anunciada uma nova intervenção conjunta dos principais Bancos Centrais, com o objectivo de aumentar a liquidez dos mercados monetários.
- \* Após ter atingido um valor máximo no dia 23 de Abril (1,594), a cotação do euro face ao dólar tem apresentado uma tendência de depreciação. Por sua vez, o preço do petróleo *brent* continua em alta, tendo ultrapassado o limiar dos 120 USD/bbl no início de Maio.

### Conjuntura Nacional

- \* A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE relativa ao 1º trimestre de 2008 aponta para um crescimento real do PIB de 0,9% em termos homólogos (1,8% no 4º trimestre de 2007).
- \* Os indicadores de conjuntura disponíveis para o mês de Abril apresentaram, na generalidade, uma evolução favorável tanto no que diz respeito ao consumo privado como ao investimento.
- \* No 1º trimestre, a taxa de desemprego diminuiu para 7,6%, situando-se 0,2 p.p. abaixo do registado no trimestre anterior e o emprego acelerou para 1,1% em termos homólogos (0,9% no 4º trimestre de 2007).
- \* Em Abril, a taxa de inflação homóloga diminuiu para 2,5%, fixando-se em 0,8 p.p. abaixo da média da área do euro.
- \* Na sequência dos resultados orçamentais de 2007, a Comissão Europeia apresentou ao Conselho, a 7 de Maio, uma proposta de derrogação da situação de défice excessivo levantada a Portugal em 2005, um ano antes do previsto. Por seu lado, o Governo reviu a meta do défice orçamental de 2008 para 2,2% do PIB (anteriormente 2,4%).
- \* No 1º quadrimestre de 2008, de acordo com os dados provisórios da execução orçamental, o défice global do Estado situou-se em 2292 milhões de euros (-158 milhões de euros do que o verificado no período homólogo de 2007), enquanto o défice primário foi de 970 milhões de euros (-173 milhões de euros do que observado no mesmo período de 2007). A Segurança Social apresentou um excedente orçamental de 1347 milhões de euros (722 milhões de euros acima do resultado do período homólogo do ano anterior). Os dados disponíveis para os outros subsectores das Administrações Públicas, relativos ao 1º trimestre, demonstram saldos excedentários.

## Comércio Internacional

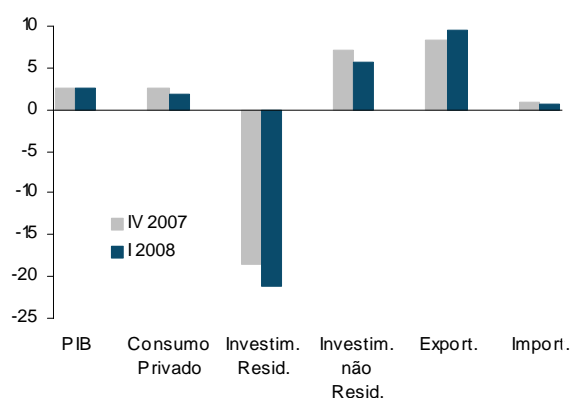
- \* Nos últimos doze meses a terminar em Fevereiro de 2008, as “exportações” e as “importações” de mercadorias cresceram, em termos homólogos, respectivamente 8,0% e 9,1%.
- \* Segundo dados já disponíveis para o período de *Janeiro a Março de 2008* para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses, terão aumentado 10,4%, e as importações 15,0%.
- \* Nos últimos doze meses a terminar em Fevereiro de 2008, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 9,9% em termos homólogos. Desse crescimento, 41,4% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- \* As rubricas das “exportações” de Bens e Serviços que maiores crescimentos homólogos revelaram foram as da área dos Serviços, designadamente as da “Construção” (+39,0%), da “Informação e Informática” (+32,9%), da “Comunicação” (+31,8%), e dos “Financeiros” (+22,0%).
- \* No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram os serviços “Viagens e Turismo” (14,5%), os grupos de produtos “Agro-alimentares” (12,3%) e “Químicos” (9,9%), os serviços “Outros Fornecimentos por Empresas” (9,4%), e os grupos de produtos “Minérios e metais” (9,2%) e “Produtos acabados diversos” (8,5%).
- \* Em 2007, cerca de 48% das exportações portuguesas para Angola de produtos industriais transformados incidiram em produtos de Alta e Média-alta intensidade tecnológica.

## 1. Enquadramento Internacional

### Actividade económica extra-UE

No 1º trimestre de 2008, o PIB dos **EUA** cresceu 2,5% em termos homólogos reais, igual ao 4º trimestre de 2007. Para esta evolução contribuiu o abrandamento da procura interna compensada pelo aumento do contributo das exportações líquidas (1 p.p. que compara com 0,8 p.p. no trimestre precedente). A actividade na construção no segmento residencial continuou a deteriorar-se, tendo as vendas de novas habitações registado uma quebra de 33% em termos homólogos, sensivelmente igual ao período anterior.

**Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em volume nos EUA**  
(VH, em %)



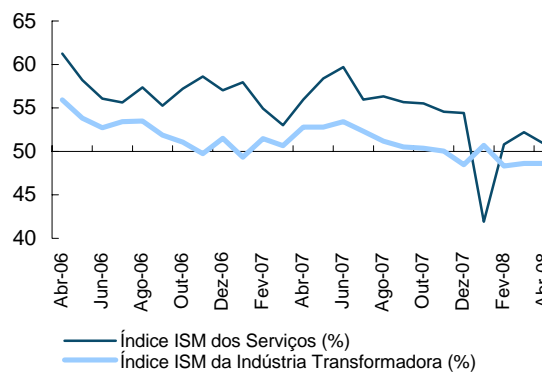
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o mês de Abril indicam que, em termos homólogos:

- as vendas a retalho mantiveram o mesmo crescimento do mês de Março (2% em termos nominais) e o emprego, apesar de ter continuado a diminuir, apresentou uma quebra menos acentuada, em resultado da melhoria registada em alguns serviços;
- os indicadores de confiança apresentaram um comportamento diferenciado, tendo estabilizado para os empresários da indústria transformadora e diminuído para os serviços e para os consumidores.

A taxa de inflação abrandou em Abril, para se situar em 3,3% em termos homólogos (4% em Março).

**Figura 1.2. Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**

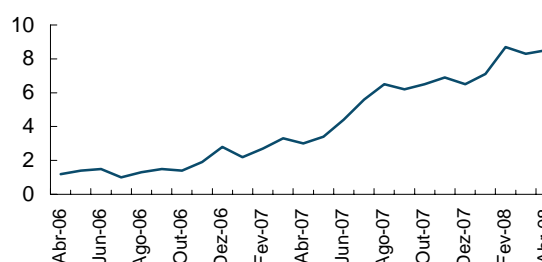


Fonte: Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da actividade.

Os indicadores disponíveis para a **economia chinesa** sugerem a continuação do forte crescimento da procura interna e um abrandamento das exportações, reflectindo o menor crescimento dos seus principais parceiros comerciais.

De facto, em Abril e, em termos homólogos: as vendas a retalho aumentaram 22% (21,5% em Março) e as exportações cresceram 21,8% (30,5% em Março). A taxa de inflação homóloga aumentou para 8,5% (8,3% em Março).

**Figura 1.3. Taxa de Inflação da China**  
(%)



Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

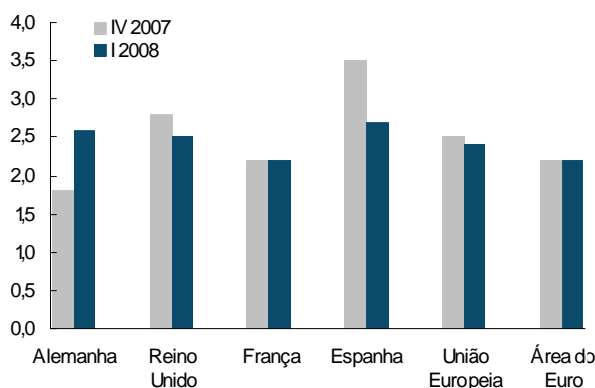
**Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	1,5	1,9	2,8	2,5	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,7	1,3	1,4	1,8	2,2	1,7	2,6	1,1	1,6	-
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,1	50,5	53,0	51,3	49,6	49,2	50,7	48,3	48,6	48,6
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,0	55,3	58,0	56,0	54,8	48,3	41,9	50,8	52,2	50,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	85,6	92,2	86,9	85,7	77,5	72,9	78,4	70,8	69,5	62,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,6	4,5	4,5	4,7	4,8	4,9	4,9	4,8	5,1	5,0
China – PIB real	VH	NBSC	11,9	11,7	11,9	11,5	11,2	10,6	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	25,7	30,5	27,6	26,5	22,2	21,2	26,6	6,5	30,5	21,8
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,1	2,9	1,7	1,9	1,7	-	-	-	-	-

### Actividade económica da UE

No 1º trimestre, o PIB da União Europeia aumentou 2,4% em termos homólogos reais (2,5% no 4º trimestre de 2007) e o da área do euro manteve o crescimento de 2,2%. De entre as principais economias com dados disponíveis, é de registar uma aceleração significativa da Alemanha e um abrandamento da Espanha e do Reino Unido.

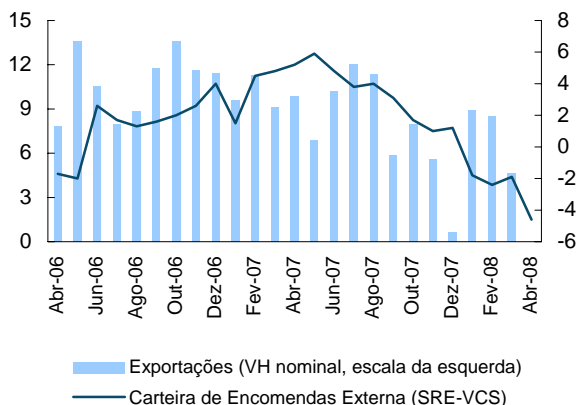
**Figura 1.4. PIB**  
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro revelam uma diminuição das vendas a retalho, um ligeiro abrandamento da actividade industrial e um reforço do crescimento das exportações.

**Figura 1.5. Exportações e Carteira de Encomendas Externa da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

**Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Feb	Mar	Abr
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	2,9	3,3	2,8	2,9	2,5	2,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,2	113,6	111,4	107,1	101,8	103,3	100,3	101,9	98,1
Área do Euro (AE-15) – PIB real	VH	Eurostat	2,6	3,2	2,5	2,7	2,2	2,2	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	108,4	109,4	111,0	108,7	104,3	100,5	101,7	100,2	99,6	97,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,5	3,9	3,0	3,8	3,1	2,9	3,4	3,1	2,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	1,0	1,8	1,1	1,1	0,0	-0,2	0,7	0,0	-1,1	:
Taxa de Desemprego	%	"	7,4	7,6	7,5	7,4	7,2	7,1	7,1	7,1	7,1	:
IHPC	VH	"	2,1	1,9	1,9	1,9	2,9	3,4	3,2	3,3	3,6	3,3

De facto, no 1º trimestre e, em termos homólogos:

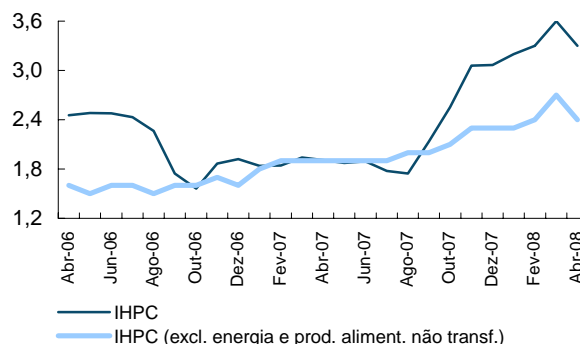
- as vendas a retalho registaram uma quebra marginal de 0,2% em termos reais, após terem estabilizado no 4º trimestre de 2007, reflectindo, em parte, pela deterioração das vendas em Espanha, tendo estas diminuído 3,4% (-0,1% no 4º trimestre de 2007);
- o total da produção industrial desacelerou ligeiramente, condicionado pelo abrandamento da produção de bens de consumo não duradouros;
- as exportações aumentaram 7,4% em termos nominais (4,7% no 4º trimestre de 2007);

A taxa de desemprego na área do euro desceu para 7,1% no 1º trimestre (7,2% no 4º trimestre de 2007), abrangendo a generalidade dos países, com excepção da Espanha onde registou uma subida para 9,1% (8,6% no 4º trimestre) e da Irlanda.

Em Abril, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na UE como na área do euro, com destaque para a quebra mais acentuada dos indicadores de confiança dos empresários do comércio a retalho, dos serviços (particularmente significativa na UE) e da construção na área do euro.

A taxa de inflação homóloga da área do euro abrandou para 3,3% em Abril (3,6% em Março), invertendo a tendência registada desde o início do ano. A taxa de inflação, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também desceu para 2,4% em termos homólogos (2,7% em Março).

**Figura 1.6. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro**  
(VH, em %)



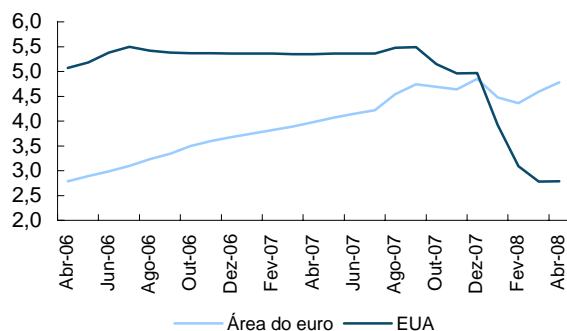
Fonte: Eurostat.

## Mercados Financeiros e Matérias Primas

Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo interromperam, em Abril, a descida registada nos últimos 6 meses, reflectindo a possibilidade da Reserva Federal não proceder a novas descidas nas suas taxas directoras nos próximos meses.

Na área do euro, as taxas de curto prazo continuaram a subir em Abril, tendo estabilizado na primeira quinzena de Maio.

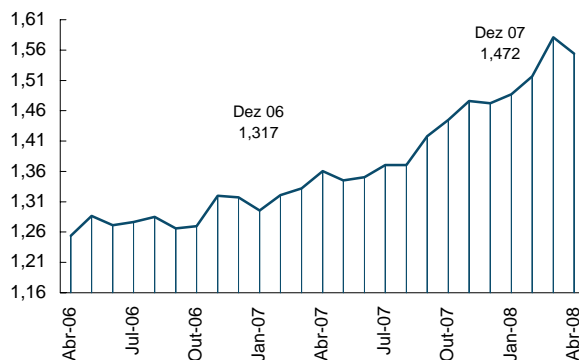
**Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário**  
(média do período, em %)



Fonte: BCE.

Interrompendo a tendência de diminuição verificada desde Novembro de 2007, as taxas de juro de longo prazo subiram nos EUA para 3,65% em Abril (3,49% em Março).

**Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar**  
(fim do período)



Fonte: Banco de Portugal.

### Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	4,69	3,92	4,18	4,79	4,69	4,73	4,37	4,38	4,73	4,86
Yield OT 10 anos – EUA**	%	BCE	4,63	4,68	4,85	4,73	4,26	3,65	3,73	3,73	3,49	3,65
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,32	4,08	4,41	4,46	4,34	4,12	4,18	4,12	4,06	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,472	1,332	1,351	1,418	1,472	1,581	1,487	1,517	1,581	1,554
Dow Jones*	VH	Yahoo	6,4	11,2	20,3	19,0	6,4	-0,7	0,2	0,0	-0,7	-1,9
DJ Euro Stoxx50*	VH	"	6,8	8,5	23,0	12,4	6,8	-13,2	-9,2	-8,9	-13,2	-12,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	72,55	57,75	68,77	74,97	88,70	96,91	91,98	95,05	103,69	109,03
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	11,4	-6,5	-1,2	7,9	48,6	67,8	71,3	65,5	66,8	61,5
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	2,0	-14,2	-8,0	0,0	32,3	46,6	51,3	46,7	42,3	38,6
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	52,7	44,3	51,4	54,4	60,0	64,2	63,7	64,0	64,8	66,8

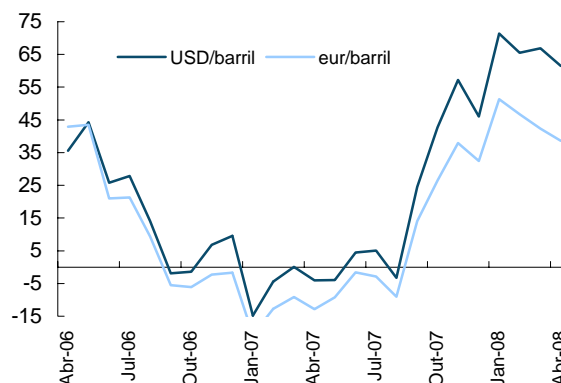
\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo e o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido).

A partir de 23 de Abril (dia em que atingiu o seu máximo histórico face ao dólar), o euro depreciou-se face às principais divisas, tendência que se inverteu a partir de 8 de Maio, tendo-se situado, face ao dólar, em 1,56 no dia 20

Em Maio, o preço do petróleo Brent tem vindo a prosseguir uma tendência altista, situando-se, em média, até ao dia 20, em 122 USD/bbl (79 €/bbl), acima em 28% (21%) do registado no final do ano de 2007. A elevada procura das economias emergentes e a persistência de tensões geopolíticas constituem alguns factores que têm provocado uma forte subida do preço do petróleo.

Em Abril, o preço relativo do petróleo importado subiu para 66,8% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

**Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent**  
(VH, em %)



Fontes: DGEG e BP.

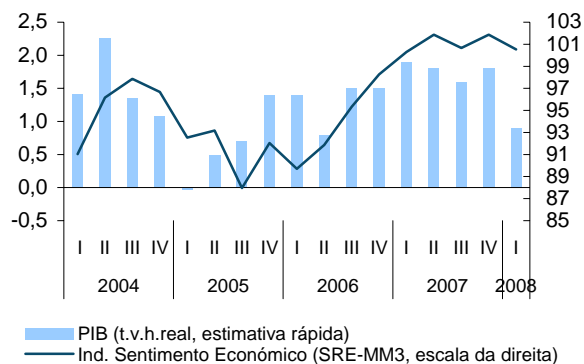
O preço das matérias-primas não energéticas abrandou em Abril, tendo aumentado 18% em termos homólogos (23% em Março), no entanto, o crescimento dos produtos alimentares continuou elevado, tendo sido de 46% (45% em Março).

## 2. Conjuntura Nacional

### Actividade económica e Oferta

De acordo com a estimativa rápida do INE para as Contas Nacionais Trimestrais, o PIB registou um crescimento homólogo real de 0,9% no 1º trimestre de 2008, traduzindo uma desaceleração relativamente ao trimestre anterior (1,8%).

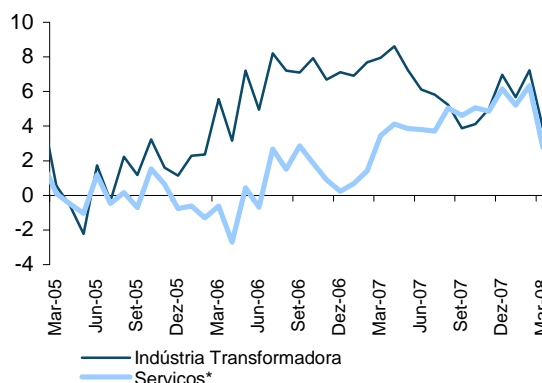
**Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico**



De facto, os indicadores quantitativos registaram, no 1º trimestre, um comportamento mais desfavorável em todos os sectores. Destaca-se:

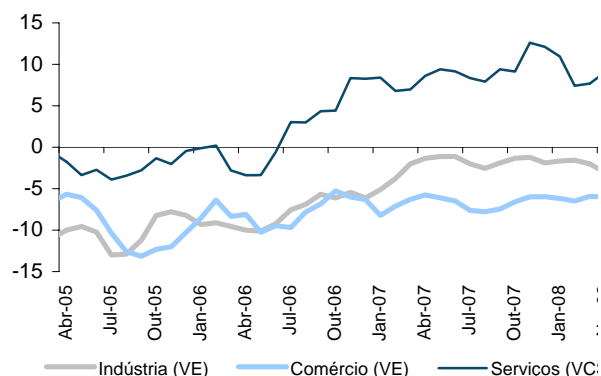
- na indústria transformadora, o índice de produção registou uma quebra marginal de 0,1% em termos homólogos (2,8% no 4º trimestre de 2007);
- na construção e obras públicas, o índice de produção registou uma quebra de 2,9%, em termos homólogos (-0,3% no trimestre precedente);
- nos serviços, o índice de volume de negócios desacelerou para 2,8%, em termos homólogos (6,2% no 4º trimestre de 2007).

**Figura 2.2. Volume de Negócios**  
(MM3 VH, %)



Em Abril, os indicadores, de confiança dos empresários registaram comportamentos distintos: melhoraram nos serviços, estabilizaram na construção, e pioraram na indústria e no comércio.

**Figura 2.3. Indicadores de Confiança**  
(SRE, MM3)



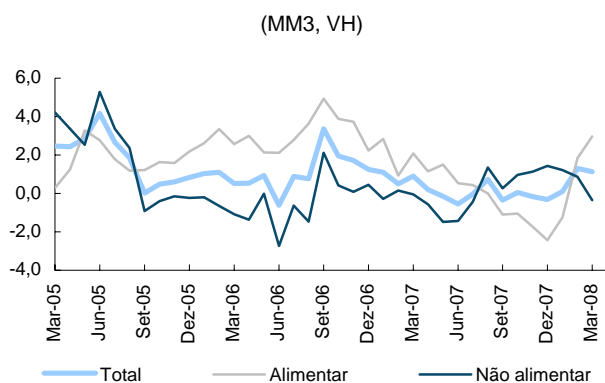
**Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,8	1,9	1,8	1,6	1,8	0,9	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,2	100,3	101,9	100,7	101,9	100,5	101,8	99,4	100,4	96,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-2	-2	-1	-2	-2	-2	-2	-1	-3	-5
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-7	-6	-6	-7	-6	-6	-7	-6	-5	-6
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	9	7	9	9	12	7	6	6	10	11
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-41	-44	-41	-39	-43	-38	-40	-39	-36	-36
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,2	4,7	3,4	2,0	2,8	-0,1	0,1	2,3	-2,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,2	8,0	6,1	3,9	7,0	3,9	6,3	10,6	-3,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	4,5	3,4	3,8	4,6	6,2	2,8	4,4	8,9	-3,8	:

## Consumo Privado

O índice de volume de negócios do comércio a retalho registou, no 1º trimestre do ano, uma variação homóloga de 1,1%. O crescimento homólogo de 3% observado no segmento dos bens alimentares foi determinante para este resultado, já que nos bens não alimentares se verificou uma evolução desfavorável (variação homóloga de -0,5%).

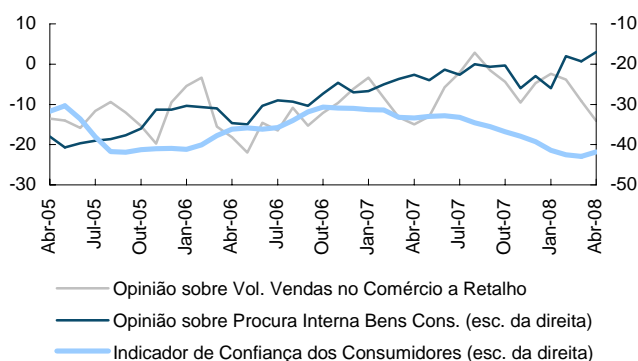
**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho**



Fonte: INE.

A opinião dos empresários a respeito da actividade no sector do comércio a retalho melhorou em Abril, embora se tenha registado uma deterioração na avaliação feita à procura interna dirigida à indústria transformadora de bens de consumo.

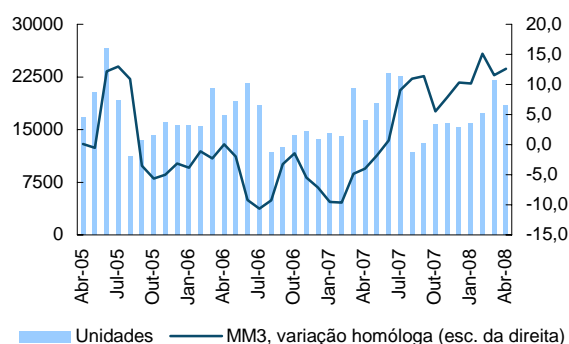
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores**  
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mesmo mês registou-se uma melhoria da confiança dos consumidores, prolongando-se deste modo o movimento positivo iniciado em Fevereiro. Esta evolução reflectiu, essencialmente, a melhoria nas perspectivas para a situação económica do país e as condições financeiras dos agregados familiares.

**Figura 2.6. Venda de automóveis ligeiros de passageiros**



Fonte: ACAP.

Depois de terem registado um abrandamento em Março, durante o mês de Abril as vendas de automóveis ligeiros de passageiros cresceram 13,2% em termos homólogos, resultado que revela uma aceleração de 1,6p.p. face ao 1º trimestre do ano.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,5	1,2	1,5	1,4	1,8	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-35,2	-33	-33	-36	-39	-43	-44	-42	-42	-41
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-6	-13	-6	-2	-5	-9	4	-16	-16	-11
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho	VH	"	0	0,9	-0,5	-0,4	-0,3	1,1	2,1	3,8	-2,4	:
Bens alimentares	VH	"	-0,2	2,1	0,5	-1,1	-2,4	3,0	3,6	5,8	-0,5	:
Bens não alimentares	VH	ACAP	0,1	-0,1	-1,4	0,3	1,4	-0,4	0,8	2,1	-3,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros	VH	INE	3,7	-4,8	0,7	11,4	10,3	11,6	9,6	22,9	5,2	13,2
Importações de bens de consumo***	VH	INE	9,0	11,0	8,3	9,8	7,2	:	4,8	5,4	:	:

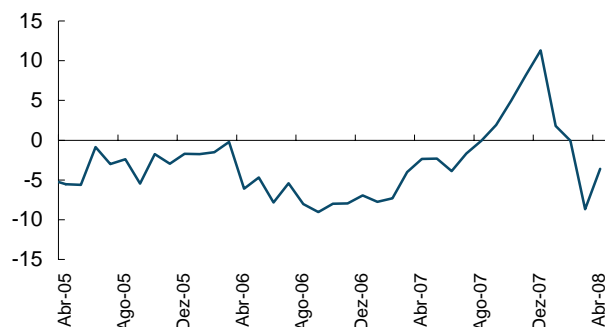
\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg. \*\*\* Exclui material de transporte

## Investimento

Em Abril, os dados disponíveis para o investimento melhoraram face ao mês anterior. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram um crescimento homólogo de 5% (quebra de 8,7% no 1º trimestre);

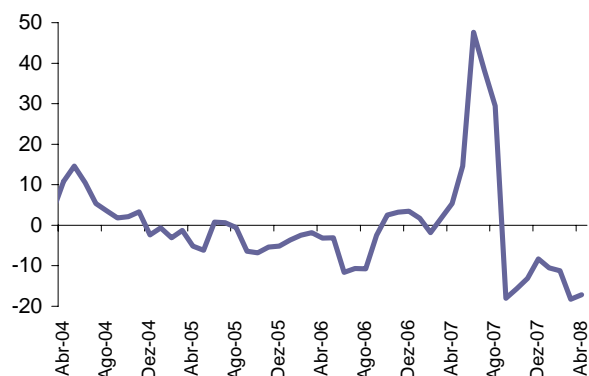
**Figura 2.7. Vendas de Cimento**  
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga negativa de 16,6%, uma quebra menos acentuada do que em Março (-22,3%);

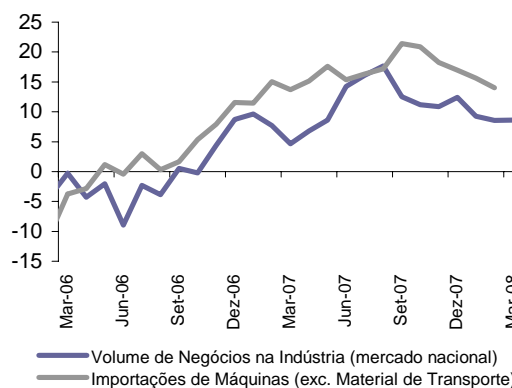
**Figura 2.8. Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso foram menos desfavoráveis.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(MM3)



Fonte: INE.

Outros dados quantitativos relativos ao primeiro trimestre desaceleraram face ao trimestre precedente, ainda que mantenham um crescimento elevado. Assim:

- o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional cresceu 8,6%, em termos médios homólogos (12,4% no trimestre precedente);
- as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, nos meses de Janeiro e Fevereiro, apresentaram um crescimento em termos médios homólogos nominais de 15,3% (16,9% no 4º trimestre).

### Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

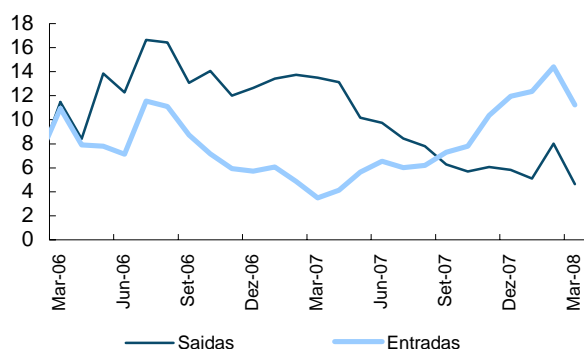
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	3,2	-0,7	0,0	5,0	8,7	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	1,0	-4,0	-3,9	1,9	11,3	-8,7	-10,6	3,7	-16,9	5,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	6,1	1,8	47,7	-18,0	-8,3	-18,3	-20,2	-10,8	-22,3	-16,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	6,4	2,7	-8,3	-19,8	92,9	19,0	22,1	18,5	16,1	16,9
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	0	-6	-1	1	4	-4	4	0	-16	-12
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-7,5	-1,9	-15,3	-3,9	-8,6	-21,7	-13,4	-18,9	-34,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	16,8	13,7	15,4	21,4	16,9	:	17,3	13,4	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	11,1	4,7	14,2	12,5	12,4	8,6	7,2	11,3	7,5	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* excepto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado nacional

## Contas Externas

No 1º trimestre de 2008, de acordo com informação preliminar enviada pelo INE no âmbito do SDDS, ambos os fluxos comerciais registaram uma desaceleração em termos de crescimento homólogo. Este comportamento menos dinâmico foi resultado de um comportamento mais desfavorável dos fluxos intracomunitários, nomeadamente em Março, enquanto as trocas com os países fora da União Europeia aceleraram.

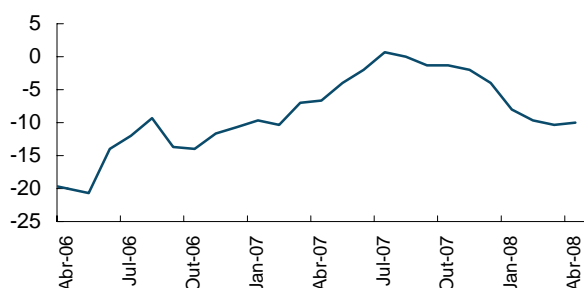
**Figura 2.10. Fluxos de Mercadorias**  
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Abril, as opiniões dos industriais quanto à evolução da procura externa estabilizaram face ao mês anterior.

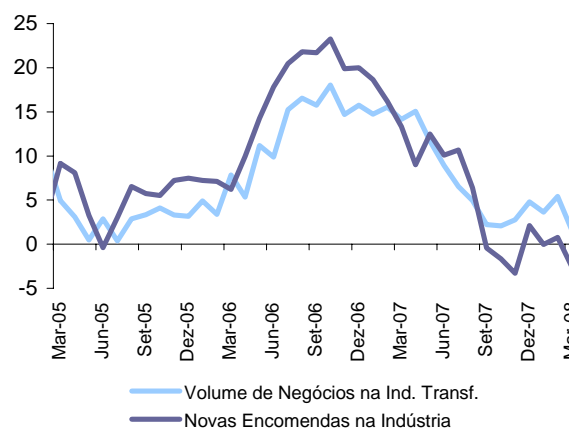
**Figura 2.11. Opiniões sobre procura externa – IT**  
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

No primeiro trimestre do ano, tanto o volume de negócios na indústria transformadora para o mercado externo como as novas encomendas à indústria registaram um comportamento mais desfavorável. Para este resultado contribui a evolução negativa, nos dois índices, no mês de Março, com destaque para a forte quebra verificada na indústria de bens Intermedios.

**Figura 2.12. Mercado Externo**  
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Assim:

- no índice de volume de negócios na indústria transformadora para o mercado externo registou-se uma forte desaceleração (1,5%, que compara com 4,8% no 4º trimestre de 2007);
- no índice de novas encomendas à indústria para o mercado externo verificou-se uma quebra de 2,6%, em termos homólogos (2,1% no trimestre precedente).

## Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T		1T	Dez	Jan	Fev
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,1	10,1	8,2	6,0	4,4	:	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	3,7	4,8	6,2	6,8	:	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	-6,6	-6,4	-7,9	-7,9	:	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,6	-7,4	-7,2	-9,5	-10,2	:	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH	"	8,8	13,5	9,8	6,3	5,8	4,6*	2,8	7,6	13,0	-5,2*
Entradas de mercadorias	VH	"	7,4	3,5	6,6	7,3	12,0	11,2*	10,3	11,2	21,8	2,1*

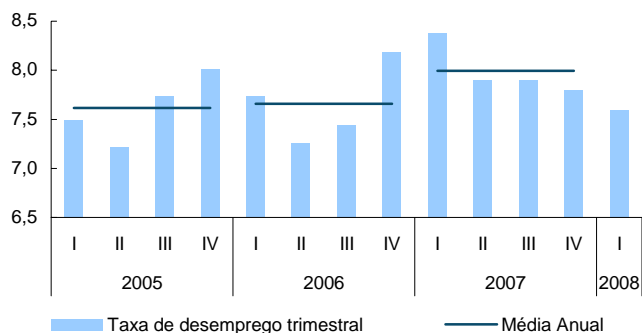
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008	
				Fev	Jan-Fev	Fev	Jan-Fev
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-13 869	-1 270	-1 717	-1 128	-2 236
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 339	-1 115	-2 282	-1 489	-2 890
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 208	289	578	324	701
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 376	-579	-1 040	-707	-1 239
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 636	1	330	356	423

\* valores preliminares enviados pelo INE no âmbito do SDDS.

## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do INE, a taxa de desemprego diminuiu para 7,6% no 1º trimestre de 2008 (7,8% no trimestre anterior), reduzindo-se significativamente face ao valor médio de 2007 (8%), e mantendo a tendência descendente iniciada no 2º trimestre de 2007.

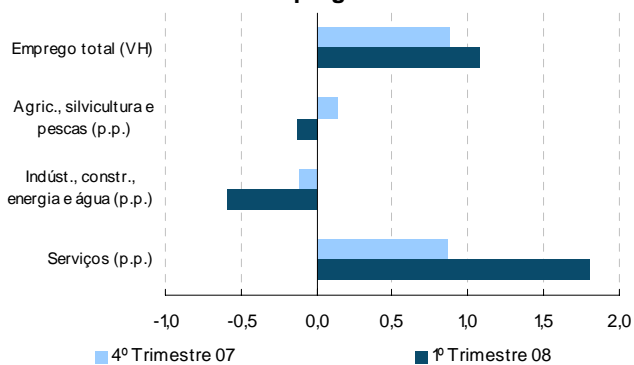
**Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)**



Fonte: INE.

O crescimento homólogo do emprego total acelerou para 1,1% no 1º trimestre do ano, em virtude de uma melhoria da dinâmica do sector dos serviços. Face ao último trimestre de 2007, os restantes sectores contribuíram negativamente para o crescimento do emprego total, destacando-se o agravamento observado no sector da indústria, construção, energia e água.

**Figura 2.14. Contributos para o crescimento do emprego**

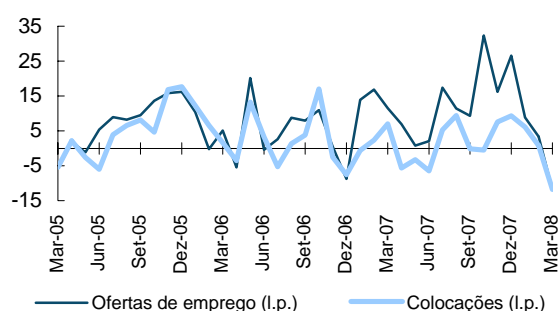


Fonte: INE.

No 1º trimestre de 2008, o índice de custo do trabalho cresceu 3% em termos homólogos, desacelerando face ao trimestre anterior (5%). Esta evolução resulta quer de um aumento do custo médio do trabalho, quer de uma diminuição das horas trabalhadas.

No mês de Março o número de novos desempregados inscritos registou, de acordo com os dados do IEFP, uma variação homóloga de -7,5% (2,7% no mês anterior). No final de Março, o número de desempregados inscritos ascendia a cerca de 391 mil, o que representa uma redução de 7 mil face ao mês anterior e de 50 mil face a Março de 2007.

**Figura 2.15. Ofertas e Colocações (VH)**



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego ao longo do período registaram, em Março, um decréscimo homólogo de 11,9%, comportamento que também se verificou nas colocações (variação homóloga de -11,8%).

Até ao final de Abril, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho cresceram 2,9% em termos homólogos, tendo sido abrangidos cerca de 333 mil trabalhadores (acréscimo de 156 mil face a igual período de 2007).

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

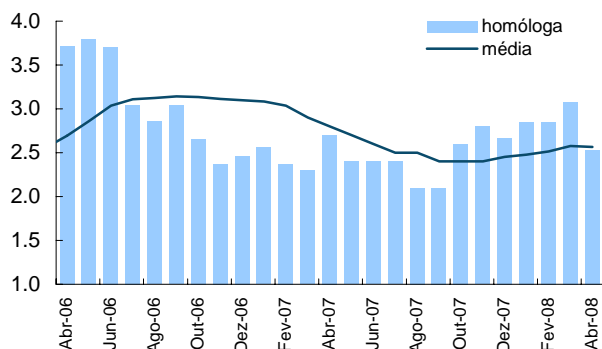
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Jan	Fev	Mar	Abr
Taxa de Desemprego	%	INE	8,0	8,4	7,9	7,9	7,8	7,6	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,2	0,2	-0,5	0,3	0,9	1,1	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,8	-8,1	-12,2	-11,3	-13,8	-11,4	-12,7	-11,6	-11,4	-
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,8	-6,2	-3,9	-6,6	-9,9	-2,9	-3,4	2,7	-7,5	-
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-12,7	13,9	2,9	12,5	25,1	-0,4	8,8	3,4	-11,9	-
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,9	2,7	2,9	2,9	2,9	3,1	3,7	3,1	3,1	2,9
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	4,0	3,4	3,5	3,6	5,0	3,0	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE13	VH	Eurostat	-	2,3	2,5	2,5	2,7	-	-	-	-	-

\*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

## Preços

Em Abril, a inflação, medida pela taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), diminuiu 0,6 p.p face ao registado em Março, para se situar em 2,5%. Em termos mensais, o IPC registou um aumento de 0,3% (0,9% no mesmo mês do ano anterior) e a variação média dos últimos 12 meses manteve-se inalterada em 2,6%.

**Figura 2.16. Índice de Preços no Consumidor**  
(Taxa de variação, em %)

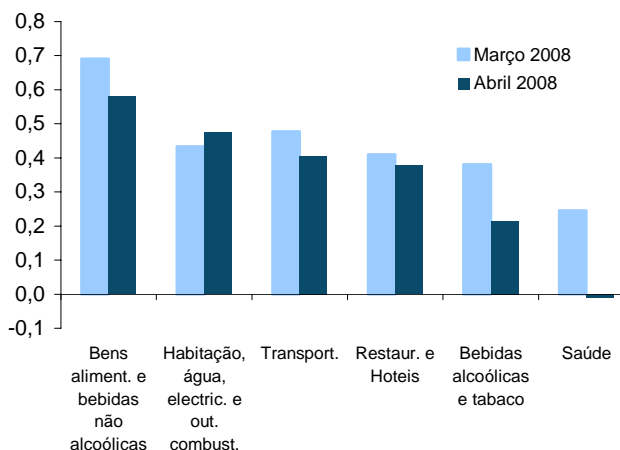


Fonte: INE.

A desaceleração dos preços, em termos homólogos, resultou, principalmente, do contributo negativo dos preços da Saúde (associado à dissolução dos efeitos do aumento das taxas moderadoras em Abril de 2007) e da desaceleração dos preços das Bebidas alcoólicas e tabaco (reflectindo a actualização mais tardia em 2007 do imposto sobre o tabaco) e dos Produtos alimentares (em particular, nas rubricas Carne e Peixe). Em sentido contrário, contribuíram a aceleração dos preços da Electricidade e do Gás.

A inflação subjacente também desacelerou, para 2,2% em termos homólogos, em linha com o comportamento do IPC total, mantendo, assim, um diferencial negativo de 0,3%, semelhante ao registado nos meses anteriores. Por seu lado, a inflação nos serviços evidenciou igualmente um significativo abrandamento, mais acentuado do que no segmento dos bens.

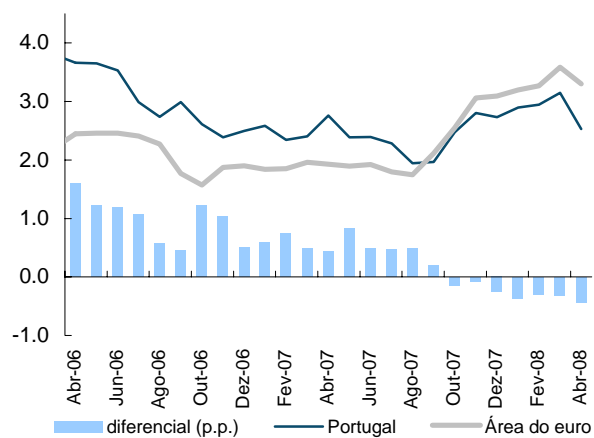
**Figura 2.17. Principais Contributos para a VH do IPC**  
(Pontos percentuais)



Fonte: INE.

Em Abril, Portugal voltou a registar uma das taxas de variação homóloga do IHPC mais baixas da área do euro (2,5%), aumentando o diferencial face ao conjunto da área do euro (3,3%) para 0,8 p.p (0,4 p.p em Março).

**Figura 2.18. IHPC**  
(VH, em %)



Fontes: INE e Eurostat.

**Quadro 2.6. Indicadores de Preços**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007					2008			
				Abr	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,9	0,4	0,5	0,3	0,1	-0,1	0,0	1,5	0,3
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	2,7	2,1	2,6	2,8	2,7	2,9	2,9	3,1	2,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,5	2,8	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6
IPC – Bens	VH	"	2,2	2,5	1,6	2,4	2,7	2,4	2,5	2,6	2,9	2,3
IPC – Serviços	"	"	2,9	3,1	2,9	2,9	3,0	3,0	3,4	3,4	3,6	2,8
IPC excluindo alimentares e energéticos	"	"	2,2	2,4	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	2,8	2,2
IHPC	"	"	2,4	2,8	2,0	2,5	2,8	3,1	2,9	2,9	3,1	2,5
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,8	-0,1	-0,1	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3	-0,4	-0,8

\* IPC excluindo bens alimentares não transformados e bens energéticos.

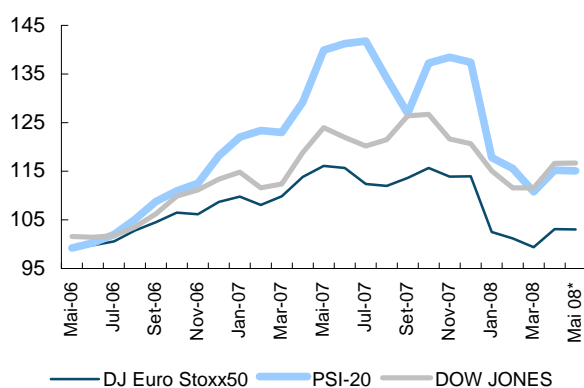
### Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Abril e até meados de Maio, os índices bolsistas internacionais têm vindo a recuperar, em resultado de uma maior apetência para o risco por parte dos investidores.

Esta evolução parece traduzir a convicção de que o impacto da crise financeira internacional na economia da área do euro seja mais limitado do que inicialmente previsto.

De facto, no dia 20 de Maio face ao final do mês de Março, os índices *DJ Euro Stoxx50*, *Dow Jones* e *PSI-20* aumentaram 5,4%, 4,6% e 3,9%, respectivamente.

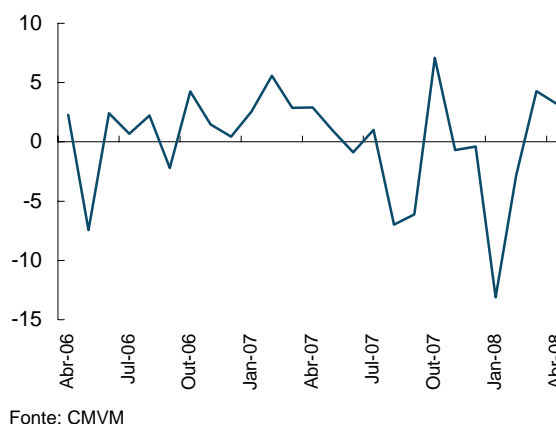
**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(Fevereiro 2006=100)



Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Maio, o valor é do dia 20.

Em Abril, a capitalização bolsista total em Portugal aumentou pelo 2º mês consecutivo, tendo registado um crescimento de 3,2% face ao mês precedente (4,3% em Março), devido à melhoria significativa do segmento accionista.

**Figura 2.20. Capitalização Bolsista**  
(Taxa de variação em cadeia, em %)



Fonte: CMVM

### Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

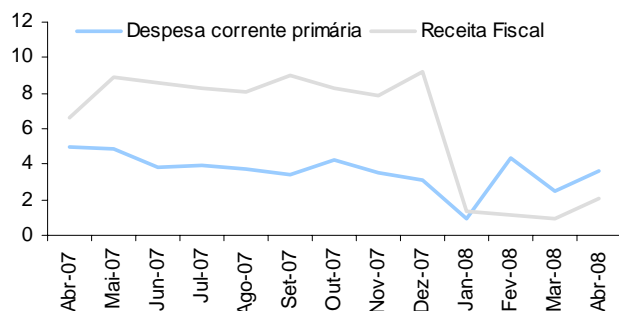
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007					2008			
				Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,5	4,5	4,6	4,5	4,4	4,5	4,2	4,4	4,4	4,6
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	20	25	23	29	25	20	28	49	51	43
PSI 20*	VH	CMVM	16,3	27,7	16,7	23,7	23,1	16,3	-3,5	-6,3	-9,9	-10,8
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	8,5	8,9	8,8	8,8	8,6	8,5	8,4	8,3	:	:
- para consumo	va**	"	13,7	12,6	12,3	13,3	14,1	13,7	11,7	12,4	:	:
Empréstimos a empresas	va**	"	11,2	8,5	9,2	8,9	10,4	11,2	12,7	13,0	:	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,51	5,18	5,29	5,38	5,45	5,51	5,55	5,55	:	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,15	5,81	5,92	6,08	6,10	6,15	6,22	6,13	:	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

## Finanças Públicas – Estado

Até Abril, e na óptica da contabilidade pública, o défice global provisório do Estado foi de 2 292 milhões de euros, revelando uma melhoria de 158 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O défice primário foi de 970 milhões de euros, 173 milhões de euros inferior ao do período homólogo.

**Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)

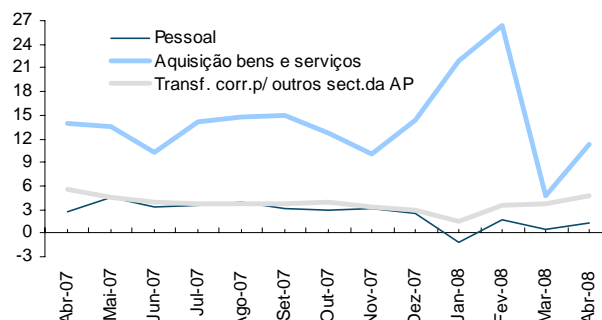


Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 2,1%, quando comparada com o período Janeiro a Abril de 2007. Os impostos directos registaram uma subida de 7,2% e os indirectos uma diminuição de 0,8%. A evolução dos impostos indirectos reflecte a menor receita de imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos, imposto sobre veículos e imposto sobre o tabaco, cujas variações homólogas foram de -15%, -16% e -38,6%, respectivamente, enquanto a receita do IVA aumentou 5%; e
- um crescimento da despesa de 1,3%, em termos homólogos, justificado maioritariamente pelo comportamento das rubricas transferências correntes (4,7%), despesas com pessoal (1,3%) e aquisição de bens e serviços (11,4%).

**Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

O aumento das despesas com pessoal decorre essencialmente dos encargos com a Segurança Social, enquanto as remunerações certas e permanentes diminuíram 0,5%.

Em 30 de Abril de 2008, a dívida directa do Estado situou-se nos 114 mil milhões de euros, registando-se um aumento de 2,6 mil milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida em Abril representa, essencialmente, a emissão líquida de bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro (1,5 e 1,1 mil milhões de euros, respectivamente). A dívida em euro registou um aumento de 2613 milhões de euros, contrariamente à dívida em moedas não euro que apresentou uma diminuição de 62 milhões de euros.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado**  
(milhões de euros)

	31-Mar-08	Abr-08			30-Abr-08
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	88 489	2 639	94	11	91 045
Bilhetes do Tesouro	7 116	1 571	0	0	8 687
Obrigações do Tesouro	80 275	1 069	33	12	81 322
Não Transaccionável	23 022	3 611	3 616	0	23 017
Certificados de Aforro	17 881	117	234	0	17 763
CEDIC	4 421	3 179	2 635	0	4 965
Total	111 511	6 250	3 710	11	114 062

Fonte: IGCP.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2007	2008	2007	2008	2008			
	Jan a Abr		Jan a Abr		Jan	Fev	Mar	Abr
	10 <sup>6</sup> euros		Execução face ao OE corrigido* (%)		VHA (%)			
Receita Total	11268	11602	29,8	29,2	4,0	2,6	3,7	3,0
Receita Corrente	11209	11448	30,1	29,1	3,1	1,9	2,2	2,1
Impostos Directos	3711	3979	27,7	26,9	7,5	6,2	5,1	7,2
Impostos Indirectos	6568	6514	31,1	30,1	-2,2	-1,0	-1,1	-0,8
Despesa Total	13719	13894	30,9	30,6	-0,5	1,4	-0,7	1,3
Despesa Corrente	12631	13053	30,6	30,8	3,1	3,7	1,5	3,3
Despesa com Pessoal	4001	4054	29,8	30,1	-1,1	1,7	0,5	1,3
Aquisição Bens e Serviços	257	286	19,9	21,9	21,8	26,3	4,8	11,4
Subsídios	64	49	9,3	7,2	-50,0	184,1	-55,8	-23,9
Juros	1308	1323	27,5	26,2	44,0	-5,9	-13,0	1,1
Transferências	6901	7226	33,4	33,7	1,7	3,9	4,1	4,7
Saldo Global	-2451	-2292	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1143	-970	-	-	-	-	-	-

\* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

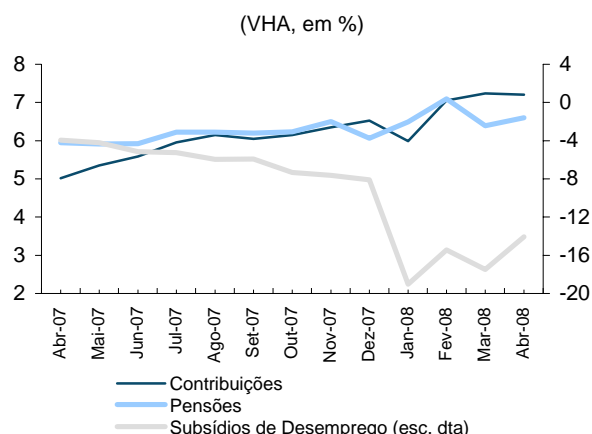
## Segurança Social

Até Abril, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Segurança Social foi de 1347,2 milhões de euros, apresentando uma subida de 721,9 milhões de euros face ao mesmo período de 2007.

A execução orçamental da Segurança Social caracterizou-se por:

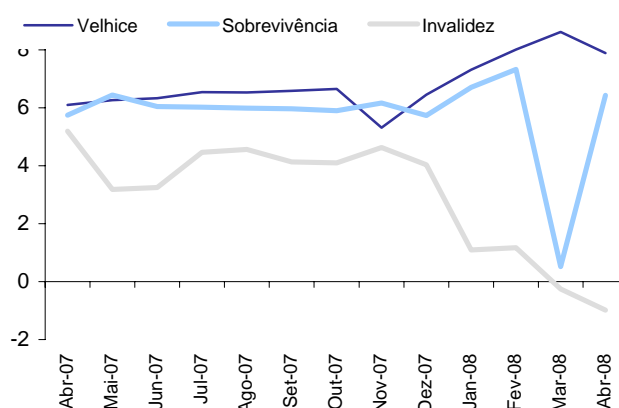
- um aumento da receita corrente em 12,3%, influenciada pelas evoluções positivas das contribuições, das transferências correntes da Administração Central e do Fundo Social Europeu;
- e, um aumento moderado da despesa corrente em 0,8%, traduzindo decréscimos nos subsídios de desemprego (-14,1%), cujo número de beneficiários tem vindo a diminuir, no subsídio por doença (-12,3%) e nas despesas em acções de formação profissional (-54%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (-50,7%). Em contrapartida, registaram-se aumentos na despesa em pensões (6,6%), no subsídio familiar a crianças e jovens (11,4%) e em acção social (2,1%).

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social



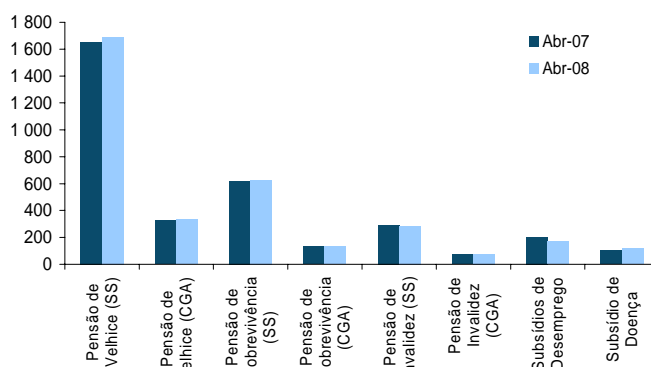
Fonte: DGO.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Até Abril, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 125 milhões de euros, o qual compara com um défice de 77 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. A receita corrente apresentou um crescimento de 2,6% em termos homólogos, justificado pelo aumento das transferências correntes (29,1%) e outras receitas correntes (67,5%). A despesa corrente aumentou 4,9%, reflectindo uma redução nas pensões a cargo de outras entidades (-9,8%) por contrapartida nas pensões a cargo da CGA, as quais aumentaram 6,7%.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2007		2008		2007		2008			
	Jan a Abr		Jan a Abr		Jan a Abr		Jan a Abr			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	6 425	7 194	12,0	31,8	32,4	1 997	2 049	2,6	27,5	27,7
Contribuições e quotizações	3 920	4 203	7,2	31,8	32,3	1 817	1 811	-0,3	63,6	61,0
Transferências correntes da Adm. Central	1 923	2 079	8,1	31,9	32,6	1 157	1 172	1,3	32,2	31,6
Despesa Total	4 340	5 846	34,7	21,7	27,2	2 073	2 174	4,9	28,2	28,9
Pensões	3 422	3 648	6,6	27,7	28,0	1 780	1 900	6,7	27,8	29,3
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	614	528	-14,1	31,2	29,7	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	1 160	1 191	2,7	31,6	29,8	-	-	-	-	-
Saldo Global	2 085	1 347	-	-	-	-77	-125	-	-	-

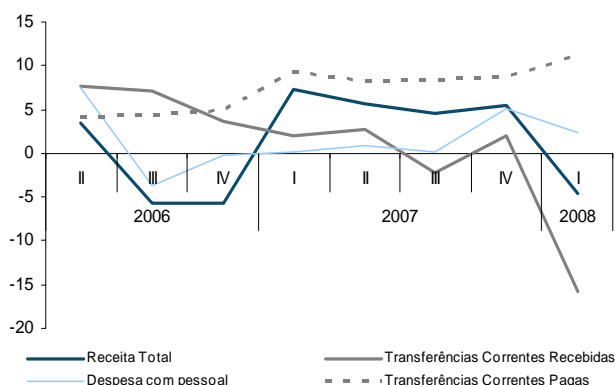
Fontes: DGO e GPEARl.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo SNS e FRDP

No primeiro trimestre de 2008, na óptica da contabilidade pública, o saldo global do subsector Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o SNS e o FRDP) foi de 280 milhões de euros, tendo-se observado uma diminuição do saldo de 86 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

**Figura 2.26. Serviços e Fundos Autónomos**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

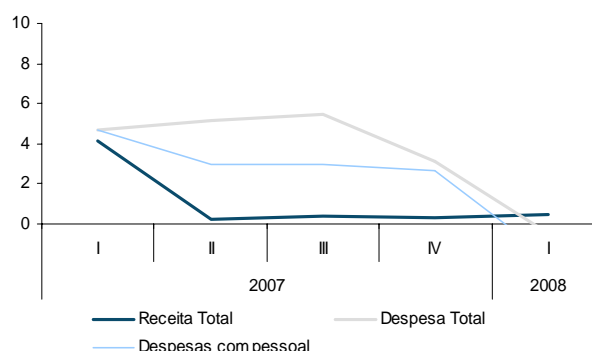
A execução orçamental dos Serviços e Fundo Autónomos caracterizou-se por:

- um decréscimo de 4,6% na receita, traduzindo a diminuição das receitas correntes sob a forma de contribuições (1,5%) e transferências correntes (15,7%). Também a receita de capital sofreu um decréscimo de 8,7%; e
- um aumento ligeiro da despesa corrente em 1,0% comparativamente com o período homólogo. Este comportamento é justificado pela evolução das despesas com pessoal (2,3%), aquisição de bens e serviços (8,9%), pelas transferências correntes e pela diminuição dos subsídios atribuídos.

### Serviço Nacional de Saúde

Nos primeiros três meses de 2008, considerando o universo comparável, o saldo global do Serviço Nacional de Saúde foi de 125 milhões de euros, observando-se um aumento de 19 milhões de euros, face ao mesmo período em 2007.

**Figura 2.27. Serviço Nacional de Saúde**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde caracterizou-se por:

- um crescimento de 0,5% na receita cobrada, devido aos aumentos verificados nas transferências correntes do Orçamento de Estado (1,1%), na cobrança de prestações de serviços (17,2%); e
- um decréscimo da despesa em 0,5%, reflectindo, em larga medida, a evolução dos subcontratos, bem como a diminuição das despesas com pessoal (-1,6%) e da aquisição de bens e serviços (-9,6%).

**Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e Serviço Nacional de Saúde**

	Fundos e Serviços Autónomos <sup>1</sup>				Serviço Nacional de Saúde <sup>2</sup>			
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
	Jan a Mar		Dez	Mar	Jan a Mar		Dez	Mar
	10 <sup>6</sup> euros		VHA		10 <sup>6</sup> euros		VHA	
Receita Total	3 529	3 367	5,4	-4,6	2 055	2 064	0,3	0,5
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1 417	1 396	8,8	-1,5	:	:	:	:
Transferências correntes da Adm. Central	1 131	953	2,0	-15,7	1 954	1 975	0,5	1,1
Despesa Total	3 163	3 087	7,2	-2,4	1 949	1 939	3,1	-0,5
Despesa com pessoal	414	423	5,2	2,3	404	397	2,6	-1,6
Aquisição de bens e serviços	156	170	7,3	8,9	124	112	-0,2	-9,6
Subcontratos	:	:	:	:	1 392	1 403	3,9	0,8
Transferências correntes	1 815	2 017	8,8	11,1	:	:	:	:
Saldo Global	366	280	:	:	106	125	:	:

Notas: <sup>1</sup> Exclui o Fundo de Regularização da Dívida Pública e o Serviço Nacional de Saúde; <sup>2</sup> Universo comparável.  
Fonte: DGO.

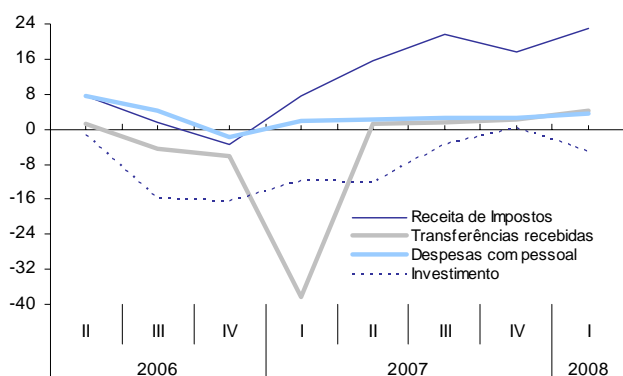
### Administrações Local e Regional

No primeiro trimestre de 2008, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Administração Local foi de 70,8 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 3,5 milhões de euros face ao ano anterior (considerando o universo comparável).

A execução orçamental da Administração Local caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 10,1%, influenciada, essencialmente, pela evolução positiva da receita de impostos e das transferências correntes. Contrariamente a receita de capital registou uma diminuição (7,5%);
- e, um aumento da despesa corrente em 7,4%, repercutindo, principalmente, o aumento da despesa em aquisição de bens e serviços e com pessoal.

**Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes**  
(VHA, em %)



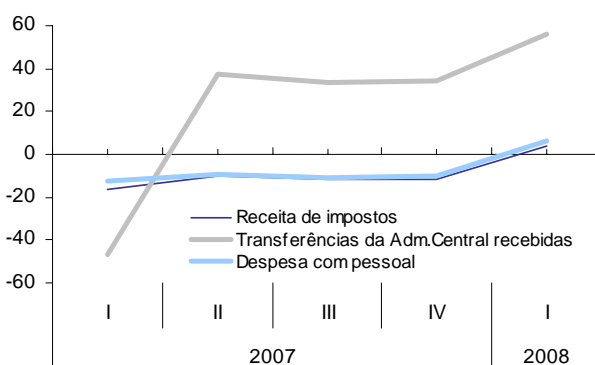
Fonte: DGO.

No primeiro trimestre de 2008, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Administração Regional foi de 29,1 milhões de euros, o que compara com um excedente de 51,4 milhões de euros no ano anterior.

A execução orçamental da Administração Regional caracterizou-se por:

- um crescimento da receita corrente em 9,5%, reflectindo o comportamento positivo da receita em impostos, em particular do IRS, e transferências;
- e, um aumento da despesa corrente em 5,6%, traduzindo, essencialmente, um aumento das despesas com o pessoal, encargos com juros e subsídios.

**Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

**Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional**

	Administração Local*				Administração Regional			
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
	Jan a Mar		Dez	Mar	Jan a Mar		Dez	Mar
	10 <sup>6</sup> euros		VHA		10 <sup>6</sup> euros		VHA	
Receita Total	1292	1366	7,3	5,7	425	404	2,3	-4,9
Impostos	296	364	17,6	22,8	238	248	-11,8	4,1
Transferências da Adm. Central	435	454	16,9	4,3	60	93	17,0	56,0
Despesa Total	1225	1295	6,5	5,7	374	375	4,6	0,4
Pessoal	432	447	2,7	3,6	154	164	-9,9	6,2
Aquisição de bens e serviços	278	300	17,4	7,9	42	38	-3,3	-9,1
Transferências correntes	86	94	13,7	9,9	83	77	42,3	-6,9
Investimento	303	288	0,2	-5,1	40	38	5,4	-4,7
Saldo Global	67	71	:	:	51	29	:	:

Nota: Universo Comparável.

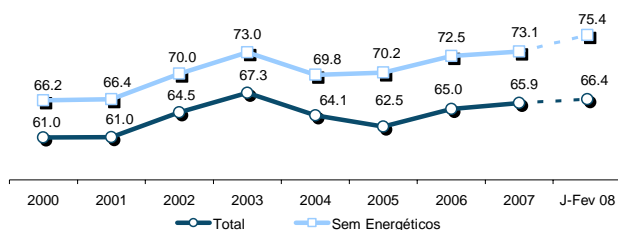
Fonte: DGO

### 3. Comércio Internacional [1]

#### Evolução global [2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2008, as entradas [3] de mercadorias (comércio Intra+Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das saídas (+9,1% contra +8,0%) (Quadro 3.1).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)**



**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial**

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Fevereiro			Últimos 12 meses		
	2007	2008	VH	Mar 06-Fev 07	Mar 07-Fev 08	VH
Saídas (fob)	6 049	6 671	10.3	35 345	38 166	8.0
Entradas (cif)	8 632	10 050	16.4	53 557	58 432	9.1
(fob)	8 229	9 580	16.4	51 055	55 703	9.1
Saldo (fob-cif)	- 2 583	- 3 379	30.8	- 18 212	- 20 266	11.3
(fob-fob)	- 2 180	- 2 910	33.5	- 15 711	- 17 537	11.6
Cobertura (fob/cif)	70.1	66.4	-	66.0	65.3	-
(fob/fob)	73.5	69.6	-	69.2	68.5	-
<b>Sem energéticos:</b>						
Saídas (fob)	5 827	6 280	7.8	33 477	36 320	8.5
Entradas (cif)	7 527	8 325	10.6	45 746	49 836	8.9
(fob)	7 175	7 937	10.6	43 609	47 509	8.9
Saldo (fob-cif)	- 1 700	- 2 045	20.3	- 12 269	- 13 517	10.2
(fob-fob)	- 1 349	- 1 656	22.8	- 10 133	- 11 189	10.4
Cobertura (fob/cif)	77.4	75.4	-	73.2	72.9	-
(fob/fob)	81.2	79.1	-	76.8	76.4	-
<b>Extra UE</b> (milhões de Euros)	Janeiro a Março			Últimos 12 meses		
	2007	2008	VH	Abr 06-Mar 07	Abr 07-Mar 08	VH
Exportações (fob)	2 040	2 274	11.5	8 114	8 959	10.4
Importações (cif)	3 153	3 984	26.4	12 892	14 830	15.0
(fob)	3 005	3 798	26.4	12 290	14 138	15.0
Saldo (fob-cif)	- 1 113	- 1 710	53.6	- 4 779	- 5 871	22.9
(fob-fob)	- 966	- 1 524	57.8	- 4 177	- 5 178	24.0
Cobertura (fob/cif)	64.7	57.1	-	62.9	60.4	-
(fob/fob)	67.9	59.9	-	66.0	63.4	-

Nota: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Março, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que correspondem à versão preliminar do período de Janeiro a Fevereiro.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - segunda versão do ano; 2008 - versão preliminar.

No mesmo período, o grau de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias decresceu 0,7 pontos percentuais, ao passar de 66,0% para 65,3%.

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que nos últimos 12 meses as saídas cresceram 8,5% em termos homólogos, tendo as entradas aumentado 8,9%. A correspondente taxa de cobertura (Fob/Cif) atingiu 72,9%, inferior em 0,3 p.p. à registada no período homólogo anterior.

De Janeiro a Fevereiro de 2008, a taxa de cobertura global foi de 66,4%, e de 75,4% sem energéticos (Figura 3.1). Tratando-se de dados relativos a apenas dois meses, ainda susceptíveis de numerosas correcções ao longo do ano, apesar de incluírem já estimativas das não-respostas, a sua extrapolação deve ser analisada com cautela.

Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Março de 2008 para o comércio extra-comunitário, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses, terão aumentado 10,4%, e as importações 15,0% (Quadro 3.1).

De assinalar que, após um crescimento das exportações para os países terceiros de 12,9% em Janeiro, face ao mesmo mês do ano anterior, e de 21,8% em Fevereiro, o ritmo de crescimento das exportações terá desacelerado, no mês de Março, para 1,2%.

**Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2007	2008	Tx Var	2007	2008	Tx Var
Janeiro	4 410	4 906	11.2	3 090	3 327	7.6
Fevereiro	4 222	5 144	21.8	2 959	3 344	13.0
Março	4 903			3 447		
Abril	4 551			2 948		
Mai	5 019			3 289		
Junho	4 805			3 348		
Julho	4 867			3 421		
Agosto	4 212			2 434		
Setembro	4 776			3 128		
Outubro	5 308			3 411		
Novembro	5 313			3 360		
Dezembro	4 629			2 708		
1º Trimestre	13 535			9 497		
2º Trimestre	14 375			9 585		
3º Trimestre	13 855			8 984		
4º Trimestre	15 250			9 479		

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - segunda versão do ano; 2008 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Fevereiro de 2008 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Março de 2008, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2007, são os implícitos numa segunda versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 100 mil euros para as chegadas e 230 mil para as expedições, em 2008), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" de países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros. Paralelamente, "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros.

### Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 8,0%. Esta taxa é superior à taxa média de crescimento anual dos últimos cinco anos (+6,0%) (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Agro-alimentares" (+19,4%), "Produtos Acabados Diversos" (+15,6%), "Químicos" (+13,2%), e "Minérios e Metais" (+12,2%).

Seguiram-se os grupos da "Madeira, Cortiça e Papel" (+8,4%), "Vestuário e Calçado" (+6,0%), "Máquinas" (+4,4%), "Peles, Couros e Têxteis" (+2,9%), e "Material de Transporte" (+1,3%).

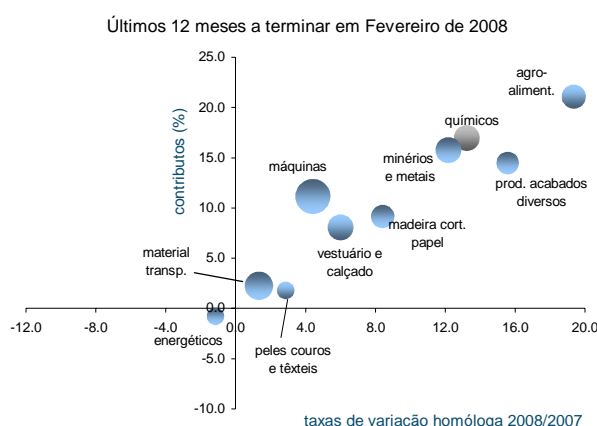
O único grupo de produtos em que se verificou uma variação negativa foi o dos "Energéticos" (-1,2%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram aumentos no "vestuário de malha" (+7,0%), no "calçado" (+5,5%) e no "vestuário excepto de malha" (+4,7%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Agro-alimentares" (21,1%), "Químicos" (17,0%), "Minérios e Metais" (15,8%), "Produtos Acabados Diversos" (14,5%) e "Máquinas" (11,2%).

Menos relevantes foram os contributos dos grupos "Madeira, Cortiça e Papel" (9,2%), "Vestuário e Calçado" (8,1%), "Material de Transporte" (2,3%), e "Peles, Couros e Têxteis" (1,8%). Negativo foi o contributo do grupo "Energéticos" (-0,8%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)**



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - versão preliminar do ano; 2008 - versão preliminar.

**Quadro 3.3. Saídas\* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Jan-Fev		Anual		média anual	últimos 12 meses			Jan-Fev		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		02-07**	contributos [1]		VH	contributos [1]	
								VH	p.p.	%	VH	p.p.	%
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>6 049</b>	<b>6 671</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.0</b>	<b>8.0</b>	<b>8.0</b>	<b>100.0</b>	<b>10.3</b>	<b>10.3</b>	<b>100.0</b>
000 Agro-Alimentares	507	628	7.8	9.3	8.4	9.4	9.8	19.4	1.7	21.1	24.0	2.0	19.5
100 Energéticos	223	390	2.0	4.5	3.7	5.9	24.9	-1.2	-0.1	-0.8	75.2	2.8	27.0
200 Químicos	633	684	8.1	10.9	10.5	10.3	12.7	13.2	1.4	17.0	8.1	0.9	8.3
300 Madeira, Cortiça e Papel	531	563	9.6	8.8	8.8	8.4	4.2	8.4	0.7	9.2	5.9	0.5	5.1
400 Peles, Couros e Têxteis	275	284	7.7	4.8	4.6	4.3	-3.6	2.9	0.1	1.8	3.1	0.1	1.4
500 Vestuário e Calçado	711	782	16.5	10.4	11.8	11.7	-3.3	6.0	0.6	8.1	9.9	1.2	11.3
600 Minérios e Metais	630	684	6.4	10.8	10.4	10.3	17.9	12.2	1.3	15.8	8.6	0.9	8.7
700 Máquinas	1 254	1 250	19.7	19.9	20.7	18.7	6.2	4.4	0.9	11.2	-0.3	-0.1	-0.6
800 Material de Transporte	829	867	15.0	12.9	13.7	13.0	2.9	1.3	0.2	2.3	4.5	0.6	6.0
900 Produtos Acabados Diversos	455	538	7.3	7.7	7.5	8.1	7.2	15.6	1.2	14.5	18.2	1.4	13.3
Por memória:													
Total sem energéticos	5 827	6 280	98.0	95.5	96.3	94.1	5.5	8.5	8.0	100.8	7.8	7.5	73.0

\* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - segunda versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro, as expedições para o mercado comunitário cresceram 7,1%, cabendo aos países da UE-15 e aos 12 países do alargamento aumentos respectivamente de 6,7% e de 20,1%. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 10,9% (Quadro 3.4).

Neste período, destaca-se, entre os países comunitários, o incremento das expedições portuguesas para a Polónia (+21,2%), Dinamarca (+14,6%), Suécia (+12,1%), e Espanha (+11,8%).

Verificaram-se decréscimos nas expedições para a Bélgica (-11,4%), e Reino Unido (-5,6%).

Entre os países terceiros, de referir que Angola ultrapassou, nos dois primeiros meses de 2008, o peso dos EUA, tradicionalmente o nosso principal mercado de destino entre os países terceiros, países que representaram, respectivamente, 4,5% e 4,1% das saídas globais nesse período. Esta inversão correspondeu a uma quebra de 12,6% das exportações para os EUA, a par de um acréscimo de 29,7% para Angola.

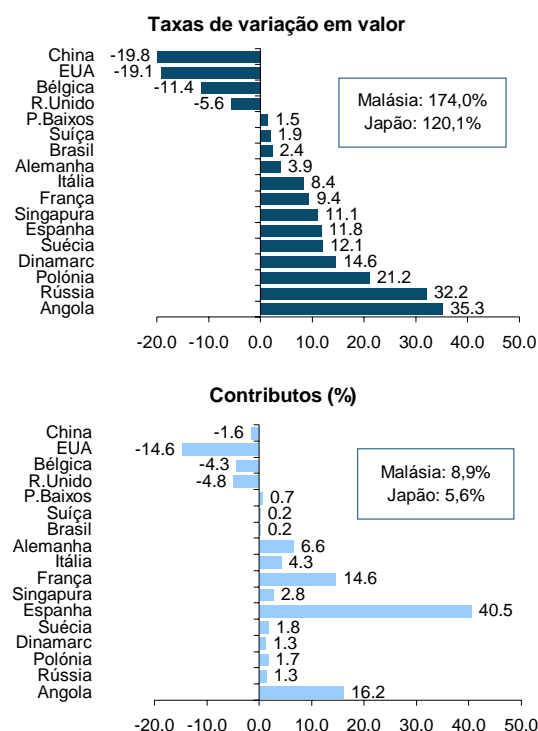
Nos últimos 12 meses, ressalta o forte incremento das exportações para a Malásia (+174,0%), Japão (+120,1%), Angola (+35,3%) e Rússia (+32,2%). Os países do alargamento, no seu conjunto, registaram no mesmo período um acréscimo de 20,1%.

As exportações para a China, que nos últimos cinco anos haviam crescido à taxa média anual de 17,6%, registam agora uma descida (-19,8%) (Figura 3.3 e Quadro 3.4).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino, incidiram na Espanha (40,5%), em Angola (16,2%), na França (14,6%), na Malásia (8,9%), e na Alemanha (6,6%). Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 5,5%.

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos**

Últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2008



**Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados**

Destino	Jan-Fev		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]							
	2007	2008	anual		Jan-Fev		média anual 02-07*	últimos 12 meses				Jan-Fev		
			2002	2007*	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos		
	p.p.	%	p.p.	%	p.p.	%								
<b>TOTAL</b>	<b>6 049</b>	<b>6 671</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.0</b>	<b>8.0</b>	<b>8.0</b>	<b>100.0</b>	<b>10.3</b>	<b>10.3</b>	<b>100.0</b>	
<b>Intra UE-27</b>	<b>4 736</b>	<b>5 131</b>	<b>81.4</b>	<b>76.2</b>	<b>78.3</b>	<b>76.9</b>	<b>4.7</b>	<b>7.1</b>	<b>5.5</b>	<b>68.7</b>	<b>8.4</b>	<b>6.5</b>	<b>63.7</b>	
dos quais:														
<b>UE-15</b>	<b>4 603</b>	<b>4 960</b>	<b>79.8</b>	<b>73.9</b>	<b>76.1</b>	<b>74.4</b>	<b>4.4</b>	<b>6.7</b>	<b>5.1</b>	<b>63.3</b>	<b>7.8</b>	<b>5.9</b>	<b>57.5</b>	
Espanha	1 722	1 913	20.9	27.7	28.5	28.7	12.1	11.8	3.2	40.5	11.1	3.1	30.7	
Alemanha	837	880	17.7	13.2	13.8	13.2	0.0	3.9	0.5	6.6	5.0	0.7	6.8	
França	821	865	13.5	12.6	13.6	13.0	4.5	9.4	1.2	14.6	5.3	0.7	7.0	
R.Unido	352	368	10.4	6.0	5.8	5.5	-4.9	-5.6	-0.4	-4.8	4.4	0.3	2.5	
Itália	252	262	4.6	4.1	4.2	3.9	3.9	8.4	0.3	4.3	3.8	0.2	1.6	
P.Baixos	208	229	3.8	3.4	3.4	3.4	3.4	1.5	0.1	0.7	10.3	0.4	3.4	
Bélgica	175	152	4.3	2.6	2.9	2.3	-4.3	-11.4	-0.3	-4.3	-13.2	-0.4	-3.7	
Suécia	66	80	1.5	1.2	1.1	1.2	2.0	12.1	0.1	1.8	22.1	0.2	2.3	
Dinamarca	46	48	1.0	0.7	0.8	0.7	-0.2	14.6	0.1	1.3	4.9	0.0	0.4	
<b>Alargamento</b>	<b>132</b>	<b>171</b>	<b>1.5</b>	<b>2.4</b>	<b>2.2</b>	<b>2.6</b>	<b>15.6</b>	<b>20.1</b>	<b>0.4</b>	<b>5.5</b>	<b>29.3</b>	<b>0.6</b>	<b>6.2</b>	
Polónia	40	54	0.5	0.7	0.7	0.8	13.3	21.2	0.1	1.7	36.4	0.2	2.3	
<b>Extra UE-27</b>	<b>1 314</b>	<b>1 539</b>	<b>18.6</b>	<b>23.8</b>	<b>21.7</b>	<b>23.1</b>	<b>11.3</b>	<b>10.9</b>	<b>2.5</b>	<b>31.3</b>	<b>17.2</b>	<b>3.7</b>	<b>36.3</b>	
dos quais:														
EUA	310	270	5.7	4.9	5.1	4.1	2.6	-19.1	-1.2	-14.6	-12.6	-0.6	-6.3	
Angola	232	301	2.1	4.6	3.8	4.5	24.2	35.3	1.3	16.2	29.7	1.1	11.1	
Singapura	75	143	0.4	1.9	1.2	2.1	42.1	11.1	0.2	2.8	91.3	1.1	11.0	
Malásia	70	67	0.2	1.1	1.2	1.0	49.7	174.0	0.7	8.9	-3.8	0.0	-0.4	
Japão	39	33	0.3	0.8	0.6	0.5	25.7	120.1	0.4	5.6	-13.5	-0.1	-0.8	
Suíça	41	48	1.1	0.7	0.7	0.7	-2.1	1.9	0.0	0.2	17.1	0.1	1.1	
Brasil	39	44	0.6	0.7	0.6	0.7	9.5	2.4	0.0	0.2	14.2	0.1	0.9	
Por memória:														
China	31	27	0.3	0.5	0.5	0.4	17.6	-19.8	-0.1	-1.6	-13.6	-0.1	-0.7	
Rússia	22	32	0.1	0.4	0.4	0.5	35.0	32.2	0.1	1.3	47.1	0.2	1.6	
PALOP	287	363	3.0	5.6	4.8	5.4	20.2	31.8	1.5	18.3	26.3	1.3	12.2	
EFTA	61	70	1.9	1.0	1.0	1.1	-6.2	-2.4	0.0	-0.3	14.5	0.1	1.4	

\* O ano de 2007 considerado na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Mar 07-Fev 08) / (Mar 06-Fev 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

### Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 9,1% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos "Material de Transporte" (18,1%), "Agro-alimentares" (17,0%), "Energéticos" (16,1%), "Máquinas" (13,9%), e "Químicos" (10,4%).

Seguiu-se o grupo dos "Minérios e Metais" (7,1%) e, com contributos da ordem dos 6% os grupos dos "Têxteis, Vestuário e Calçado", das "Peles, Madeira, Cortiça e Papel", e dos "Produtos Acabados Diversos".

A UE-27 foi a origem de 72,9% das entradas de mercadorias no período de Janeiro a Fevereiro de 2008, cabendo 71,2% aos países da UE-15 e 1,7% aos doze países do alargamento.

Destacaram-se pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,0%), da Alemanha (12,1%) e de França (9,7%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 9,7% do total.

**Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
	Jan-Fev		Anual		Jan-Fev		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Fev		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH <sup>[1]</sup>	contributos		VH	contributos	
									p.p.	%		p.p.	%
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>8 632</b>	<b>10 050</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.5</b>	<b>9.1</b>	<b>9.1</b>	<b>100.0</b>	<b>16.4</b>	<b>16.4</b>	<b>100.0</b>
<b>Grupos de Produtos</b>													
000-Agro-Alimentares	1 110	1 225	12.8	12.8	12.9	12.2	5.4	12.7	1.5	17.0	10.3	1.3	8.1
100-Energéticos	1 105	1 724	9.6	14.3	12.8	17.2	14.2	10.0	1.5	16.1	56.0	7.2	43.7
200-Químicos	1 246	1 355	13.8	13.7	14.4	13.5	5.3	6.8	0.9	10.4	8.8	1.3	7.7
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	412	446	5.7	4.7	4.8	4.4	1.7	11.7	0.5	5.9	8.3	0.4	2.4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	669	711	8.6	6.6	7.8	7.1	0.2	7.9	0.5	5.9	6.2	0.5	2.9
500-Minérios e Metais	932	934	8.9	10.5	10.8	9.3	9.1	6.1	0.6	7.1	0.2	0.0	0.1
600-Máquinas [3]	1 703	1 844	21.0	19.8	19.7	18.3	4.2	6.3	1.3	13.9	8.3	1.6	9.9
700-Material de Transporte [4]	957	1 278	13.6	12.1	11.1	12.7	3.0	14.1	1.6	18.1	33.4	3.7	22.6
800-Prod. Acabados Diversos	497	533	6.1	5.5	5.8	5.3	3.6	8.9	0.5	5.7	7.2	0.4	2.5
Total sem energéticos	7 527	8 325	90.4	85.7	87.2	82.8	4.4	8.9	7.6	83.9	10.6	9.3	56.3
<b>Mercados de origem</b>													
<b>Intra UE-27</b>	<b>6 610</b>	<b>7 323</b>	<b>79.9</b>	<b>74.8</b>	<b>76.6</b>	<b>72.9</b>	<b>4.1</b>	<b>7.7</b>	<b>5.8</b>	<b>64.1</b>	<b>10.8</b>	<b>8.3</b>	<b>50.3</b>
dos quais:													
<b>UE-15</b>	<b>6 478</b>	<b>7 151</b>	<b>77.9</b>	<b>73.1</b>	<b>75.0</b>	<b>71.2</b>	<b>4.1</b>	<b>7.5</b>	<b>5.6</b>	<b>61.3</b>	<b>10.4</b>	<b>7.8</b>	<b>47.5</b>
Espanha	2 708	3 015	28.9	30.4	31.4	30.0	6.5	9.9	3.0	33.3	11.3	3.5	21.6
Alemanha	1 155	1 220	15.0	13.3	13.4	12.1	3.0	2.0	0.3	3.0	5.7	0.8	4.6
França	773	970	10.2	8.6	9.0	9.7	1.9	13.3	1.1	12.3	25.5	2.3	13.9
Itália	492	507	6.7	5.4	5.7	5.0	0.9	3.0	0.2	1.9	3.0	0.2	1.0
P.Baixos	395	444	4.6	4.7	4.6	4.4	6.0	13.3	0.6	6.6	12.5	0.6	3.5
R.Unido	342	312	5.2	3.6	4.0	3.1	-2.2	-11.0	-0.5	-5.1	-8.7	-0.3	-2.1
Bélgica	243	265	3.1	2.9	2.8	2.6	4.3	12.6	0.3	3.8	9.4	0.3	1.6
Suécia	103	134	1.2	1.1	1.2	1.3	4.7	22.4	0.2	2.5	29.7	0.4	2.2
<b>Alargamento</b>	<b>132</b>	<b>172</b>	<b>2.0</b>	<b>1.7</b>	<b>1.5</b>	<b>1.7</b>	<b>2.6</b>	<b>15.8</b>	<b>0.3</b>	<b>2.8</b>	<b>29.9</b>	<b>0.5</b>	<b>2.8</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>2 022</b>	<b>2 727</b>	<b>20.1</b>	<b>25.2</b>	<b>23.4</b>	<b>27.1</b>	<b>10.4</b>	<b>13.5</b>	<b>3.3</b>	<b>35.9</b>	<b>34.8</b>	<b>8.2</b>	<b>49.7</b>
dos quais:													
Brasil	141	203	1.5	2.5	1.6	2.0	15.9	25.0	0.5	5.9	44.6	0.7	4.4
China	145	202	0.8	1.9	1.7	2.0	25.2	37.8	0.6	6.3	39.0	0.7	4.0
Nigéria	96	348	1.3	1.8	1.1	3.5	12.5	63.3	0.9	10.0	261.9	2.9	17.8
EUA	169	219	2.1	1.7	2.0	2.2	1.4	22.2	0.3	3.7	29.6	0.6	3.5
Líbia	118	183	0.1	1.4	1.4	1.8	67.8	49.6	0.5	5.8	54.1	0.7	4.5
Noruega	125	75	1.1	1.2	1.4	0.7	7.8	-10.5	-0.1	-1.5	-40.2	-0.6	-3.6
Argélia	91	130	0.5	1.0	1.1	1.3	24.0	-18.1	-0.3	-2.8	43.4	0.5	2.8
Japão	83	94	1.7	1.0	1.0	0.9	-4.5	8.1	0.1	0.9	12.3	0.1	0.7
Rússia	70	124	0.8	1.0	0.8	1.2	9.3	-1.1	0.0	-0.1	76.1	0.6	3.8
OPEP[5]	581	971	4.0	7.0	6.7	9.7	17.7	15.7	1.1	11.8	67.1	4.5	27.5
EFTA	199	133	2.2	2.1	2.3	1.3	4.1	-3.1	-0.1	-0.7	-33.4	-0.8	-4.7
PALOP	83	115	0.3	0.7	1.0	1.1	27.5	155.4	0.5	5.4	38.6	0.4	2.3

\* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Mar 07-Fev 08) / (Mar 06-Fev 07) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

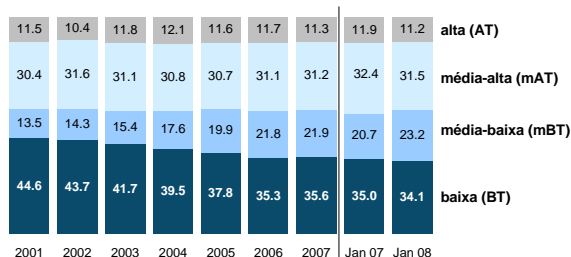
[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no mês de *Janeiro de 2008* assistiu-se a um acréscimo das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 53,1% para 54,7% (Quadro 3.4).

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões; 2008 - versão preliminar).

O peso das saídas dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, situou-se em 35,6% em 2007 e em 34,1% no mês de Janeiro de 2008 (Figura 3.4).

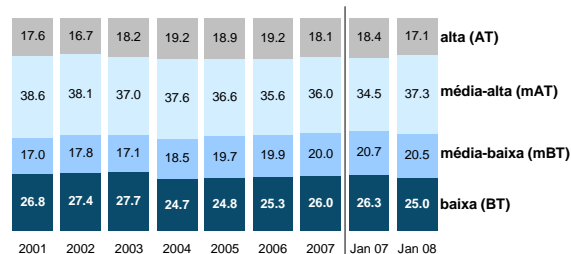
O peso dos produtos de *alta intensidade tecnológica* no total das saídas de produtos industriais transformados tem-se mantido, desde 2001, na faixa dos 10 a 12% do total.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas destes produtos industriais nos mesmos períodos.

Para mais detalhes, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 4/2008 em:

[www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões; 2008 - versão preliminar).

## Quadro 3.6. Saídas e Entradas\* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Intensidade Tecnológica	2007	Janeiro		Taxas de variação em valor			% do total dos prod. indust. transf.				Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)			
		2007	2008	média 2002-07	2007/06	Jan 2008/07	2006	2007	Jan		2007	2008		
									2007	2008				
<b>SAÍDAS*</b>														
<b>Total dos prod. industriais transf.</b>	<b>34 964 762</b>	<b>2 911 274</b>	<b>2 839 014</b>	<b>5.7</b>	<b>9.2</b>	<b>-2.5</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.2</b>	<b>-2.5</b>		
Alta tecnologia	3 945 373	347 551	318 095	7.4	5.2	-8.5	11.7	11.3	11.9	11.2	0.6	-1.0		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 844 807	340 758	304 636	8.3	4.6	-10.6	11.5	11.0	11.7	10.8	0.5	-1.2		
Média-alta tecnologia	10 919 009	943 547	893 098	5.4	9.5	-5.3	31.1	31.2	32.4	31.5	3.0	-1.7		
Média-baixa tecnologia	7 662 021	602 366	658 391	15.0	9.7	9.3	21.8	21.9	20.7	23.2	2.1	1.9		
Baixa tecnologia	12 438 359	1 017 811	969 430	1.4	10.0	-4.8	35.3	35.6	35.0	34.1	3.5	-1.7		
<i>Por memória:</i>														
<b>Total das Saídas</b>	<b>36 712 313</b>	<b>3 047 861</b>	<b>2 944 996</b>	<b>6.0</b>	<b>9.1</b>	<b>-3.4</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.1</b>	<b>-3.4</b>		
Residual	1 747 551	136 587	105 982	15.3	7.2	-22.4	4.8	4.8	4.5	3.6	0.3	-1.0		
<b>ENTRADAS*</b>														
<b>Total dos prod. industriais transf.</b>	<b>46 110 209</b>	<b>3 569 899</b>	<b>3 518 750</b>	<b>4.5</b>	<b>9.0</b>	<b>-1.4</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.0</b>	<b>-1.4</b>		
Alta tecnologia	8 342 142	658 553	603 412	6.2	2.6	-8.4	19.2	18.1	18.4	17.1	0.5	-1.5		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 754 522	641 832	582 562	5.5	0.5	-9.2	18.4	17.0	18.1	16.7	0.1	-1.7		
Média-alta tecnologia	16 578 739	1 230 824	1 312 588	3.3	10.3	6.6	35.6	36.0	34.5	37.3	3.7	2.3		
Média-baixa tecnologia	9 205 313	740 733	721 683	7.0	9.4	-2.6	19.9	20.0	20.7	20.5	1.9	-0.5		
Baixa tecnologia	11 984 015	939 790	881 067	3.4	11.9	-6.2	25.3	26.0	26.3	25.0	3.0	-1.6		
<i>Por memória:</i>														
<b>Total das Entradas</b>	<b>55 460 242</b>	<b>4 321 310</b>	<b>4 468 104</b>	<b>5.5</b>	<b>8.0</b>	<b>3.4</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>8.0</b>	<b>3.4</b>		
Residual	9 350 033	751 411	949 354	11.0	3.4	26.3	17.6	16.9	17.4	21.2	0.6	4.6		

\*\* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões; 2008 - versão preliminar).

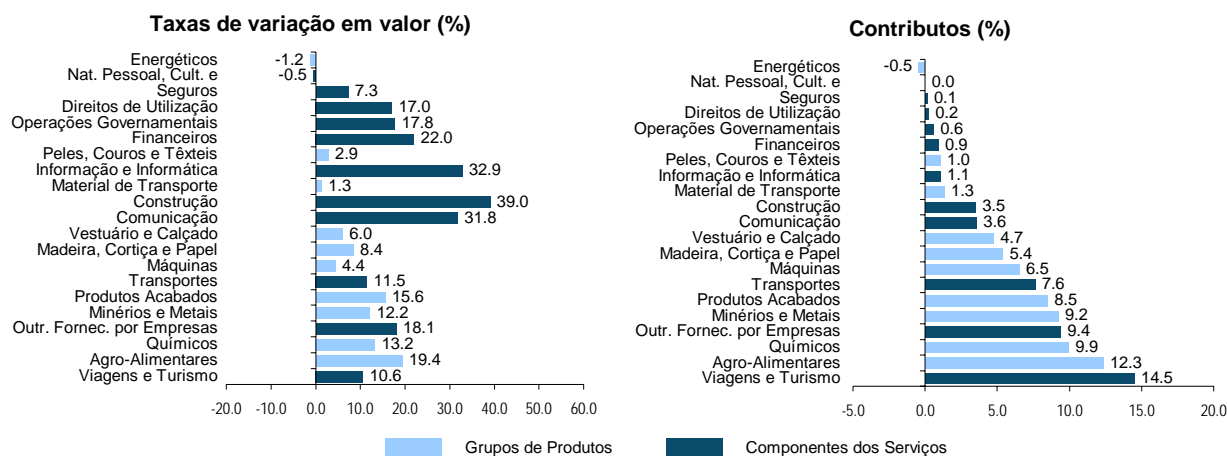
## Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Fevereiro de 2008*, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 25,5% do lado das “exportações” (crédito), e 14,3% na vertente das “importações” (débito). Neste período, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 11,0% em termos homólogos, sendo 75,5% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Bens (Intra+Extra UE) e os restantes 24,5% pelas “exportações” de Serviços (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses a terminar em *Fevereiro de 2008*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (9,9 p.p = 100). A figura revela que entre os 7 itens que mais contribuíram para o crescimento das “exportações”, 3 referem-se a Serviços.

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**

Últimos 12 meses a terminar em Fevereiro de 2008



**Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)**

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Fevereiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Anual		Jan-Fev		média anual	últimos 12 meses		Jan-Fev			
	2007	2008	2002	2007	2007	2008		02-07	VH	contributos [1]	VH	contributos [1]	
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>													
<b>Bens e Serviços</b>	<b>8 166</b>	<b>9 065</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>7.1</b>	<b>9.9</b>	<b>9.9</b>	<b>100.0</b>	<b>11.0</b>	<b>11.0</b>	<b>100.0</b>
<b>Bens</b>	<b>6 077</b>	<b>6 756</b>	<b>71.6</b>	<b>69.8</b>	<b>74.4</b>	<b>74.5</b>	<b>6.5</b>	<b>8.1</b>	<b>5.8</b>	<b>58.6</b>	<b>11.2</b>	<b>8.3</b>	<b>75.5</b>
<b>Serviços</b>	<b>2 088</b>	<b>2 309</b>	<b>28.4</b>	<b>30.2</b>	<b>25.6</b>	<b>25.5</b>	<b>8.4</b>	<b>14.2</b>	<b>4.1</b>	<b>41.4</b>	<b>10.6</b>	<b>2.7</b>	<b>24.5</b>
Transportes	528	547	5.0	6.7	6.5	6.0	13.4	11.5	0.8	7.6	3.7	0.2	2.2
Viagens e Turismo	763	850	15.9	13.7	9.3	9.4	3.9	10.6	1.4	14.5	11.4	1.1	9.6
Comunicação	99	106	0.7	1.3	1.2	1.2	22.3	31.8	0.4	3.6	7.4	0.1	0.8
Construção	78	95	0.6	1.1	1.0	1.0	22.3	39.0	0.3	3.5	22.0	0.2	1.9
Seguros	15	17	0.2	0.2	0.2	0.2	4.3	7.3	0.0	0.1	9.9	0.0	0.2
Financeiros	36	40	0.4	0.5	0.4	0.4	9.0	22.0	0.1	0.9	10.7	0.0	0.4
Informação e Informática	26	41	0.2	0.4	0.3	0.5	19.1	32.9	0.1	1.1	58.6	0.2	1.7
Direitos de Utilização	9	8	0.1	0.1	0.1	0.1	20.0	17.0	0.0	0.2	-10.7	0.0	-0.1
Outr. Fornec. por Empresas	477	533	4.6	5.5	5.8	5.9	9.3	18.1	0.9	9.4	11.7	0.7	6.2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	31	41	0.3	0.4	0.4	0.5	10.9	-0.5	0.0	0.0	32.7	0.1	1.1
Operações Governamentais	25	30	0.4	0.3	0.3	0.3	4.5	17.8	0.1	0.6	18.7	0.1	0.5
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>													
<b>Bens e Serviços</b>	<b>9 869</b>	<b>11 253</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>3.8</b>	<b>9.0</b>	<b>9.0</b>	<b>100.0</b>	<b>14.0</b>	<b>14.0</b>	<b>100.0</b>
<b>Bens</b>	<b>8 359</b>	<b>9 646</b>	<b>84.6</b>	<b>84.5</b>	<b>84.7</b>	<b>85.7</b>	<b>3.7</b>	<b>9.1</b>	<b>7.7</b>	<b>85.6</b>	<b>15.4</b>	<b>13.0</b>	<b>93.0</b>
<b>Serviços</b>	<b>1 510</b>	<b>1 607</b>	<b>15.4</b>	<b>15.5</b>	<b>15.3</b>	<b>14.3</b>	<b>4.2</b>	<b>8.4</b>	<b>1.3</b>	<b>14.4</b>	<b>6.4</b>	<b>1.0</b>	<b>7.0</b>
Transportes	463	467	4.6	4.7	4.7	4.1	4.1	6.4	0.3	3.4	0.8	0.0	0.3
Viagens e Turismo	408	444	4.6	4.4	4.1	3.9	2.4	7.4	0.3	3.6	8.9	0.4	2.6
Comunicação	63	62	0.5	0.8	0.6	0.5	13.6	37.1	0.2	2.5	-2.0	0.0	-0.1
Construção	16	26	0.2	0.2	0.2	0.2	4.2	14.7	0.0	0.3	65.6	0.1	0.7
Seguros	39	38	0.3	0.3	0.4	0.3	11.6	0.6	0.0	0.0	-2.0	0.0	-0.1
Financeiros	25	30	0.4	0.3	0.3	0.3	5.7	5.9	0.0	0.2	20.7	0.1	0.4
Informação e Informática	41	44	0.4	0.4	0.4	0.4	7.2	13.3	0.1	0.6	7.0	0.0	0.2
Direitos de Utilização	61	61	0.7	0.5	0.6	0.5	0.8	9.6	0.0	0.5	-0.1	0.0	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	304	365	2.9	3.0	3.1	3.2	5.8	14.0	0.4	4.6	19.9	0.6	4.4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	62	48	0.5	0.6	0.6	0.4	4.9	-8.5	-0.1	-0.6	-22.7	-0.1	-1.0
Operações Governamentais	28	22	0.3	0.3	0.3	0.2	3.3	-18.4	-0.1	-0.8	-21.1	-0.1	-0.4

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

**Destques**



## Previsões Macroeconómicas da Comissão Europeia – Primavera de 2008

### 1. Economia mundial

A Comissão Europeia (CE) divulgou, em Abril, novas projecções macroeconómicas para 2008 e 2009. Face às previsões de Outono, o crescimento do PIB foi revisto em baixa para a generalidade dos países, com destaque para a revisão acentuada dos EUA, Itália e Espanha. No entanto, foram revistas em alta as previsões do crescimento para o conjunto dos Países do Médio Oriente e Norte de África, Rússia e alguns países asiáticos em desenvolvimento.

As previsões apontam para o abrandamento da economia mundial em 2008 e 2009, tendência especialmente significativa para os EUA, em resultado do impacto da crise do mercado hipotecário. O fraco crescimento económico dos EUA deverá assentar na fraqueza da procura interna, estando previsto o prosseguimento da quebra do investimento, particularmente acentuada no segmento da construção. O crescimento do consumo privado deverá ser muito mais moderado face aos últimos anos, em consequência dos efeitos da diminuição dos preços da habitação na riqueza das famílias, da subida dos preços de energia aliada à depreciação do dólar face às principais divisas internacionais, e da evolução mais desfavorável do mercado de trabalho. As exportações deverão acelerar, enquanto as importações tenderão a abrandar contribuindo para a diminuição do défice da balança de transacções correntes para 4,5% do PIB, em média, nos anos de 2008 e 2009 (o valor mais baixo desde 2003).

	PIB				Desvios face a Outono de 2007	
	PIB a preços constantes (variação anual em %)				em p.p.	
	2006	2007	2008	2009	2008	2009
Alemanha	2,9	2,5	1,8	1,5	-0,3	-0,7
França	2,0	1,9	1,6	1,4	-0,4	-0,4
Itália	1,8	1,5	0,5	0,8	-0,9	-0,8
Espanha	3,9	3,8	2,2	1,8	-0,8	-0,5
Portugal	1,3	1,9	1,7	1,6	-0,3	-0,5
Reino Unido	2,9	3,0	1,7	1,6	-0,5	-0,9
Área do Euro (AE-15)	2,8	2,6	1,7	1,5	-0,5	-0,6
União Europeia (UE-27)	3,1	2,8	2,0	1,8	-0,4	-0,6
EUA	2,9	2,2	0,9	0,7	-0,8	-1,9
Japão	2,4	2,0	1,2	1,1	-0,7	-1,2
China	11,6	11,9	10,0	9,1	-0,3	-0,8
Índia	9,7	8,4	8,0	8,0	0,3	0,4
Economia Mundial	4,9	4,6	3,8	3,6	-0,9	-1,2

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecasts*, Primavera 2008.

Ainda de acordo com as mesmas previsões, a economia europeia também deverá apresentar uma forte desaceleração em 2008 e 2009, sobretudo na componente do investimento (especialmente acentuada no segmento da construção), causada pelos efeitos da recente subida das taxas de juro e da repercussão da crise do mercado imobiliário dos EUA em certas economias como em Espanha e Irlanda.

A maior diversificação dos mercados de exportação da UE com o peso crescente das economias emergentes e dos países produtores de petróleo tenderá a contribuir, em parte, para o facto do crescimento das exportações se manter forte, apesar do abrandamento da economia dos EUA e da apreciação do euro face ao dólar.

A evolução prevista para o consumo privado continua positiva em consequência do elevado crescimento do emprego nos últimos anos, estando previsto a continuação da diminuição da taxa de desemprego na UE-27 e na área do euro, para 6,8% e 7,2%, em média, nos anos 2008 e 2009, respectivamente (7,1% e 7,4%, em 2007).

Os custos unitários de trabalho deverão acelerar em 2008 e 2009, fruto de alguma aceleração das remunerações de trabalho a fim de compensar o fraco crescimento registado nos últimos anos, especialmente na Alemanha.

O défice das Administrações Públicas da UE em percentagem do PIB diminuiu, em 2007, pelo 4º ano consecutivo, situando-se em 0,9% nesse ano (1,4% em 2006), tendo todos os Estados membros, com excepção da Hungria, registado um défice abaixo dos 3% do PIB. Contudo, para 2008 e 2009, a CE prevê um ligeiro agravamento do défice público em percentagem do PIB no conjunto da UE e da área do euro para se situar, em média nestes dois anos, em 1,3% e 1,1%, respectivamente, influenciado pelo abrandamento do crescimento económico e da redução de taxas dos impostos em alguns países.

As **economias emergentes e em desenvolvimento**, especialmente asiáticas, deverão continuar a manter um crescimento robusto nos anos de 2008 e 2009, contribuindo, em parte, para a manutenção de um forte crescimento da economia mundial. Mas, as exportações destas economias (China e Índia) deverão desacelerar dado o elevado peso dos EUA no total das exportações. A principal dificuldade existente actualmente nestas economias consiste na forte subida da taxa de inflação, causada pela rápida aceleração dos preços dos produtos alimentares sobretudo dos cereais.

A Comissão Europeia prevê uma subida da taxa de inflação na generalidade dos países para os anos 2008 e 2009, tendência que se deve acentuar nas economias emergentes para o horizonte de projecção, devido à continuação dos preços do petróleo a níveis elevados e ao prosseguimento da aceleração dos preços dos produtos alimentares, previsto aumentar 39% em 2008, muito acima dos 10% considerados no Outono de 2007.

O euro deverá continuar a apreciar-se face às principais divisas internacionais, prevendo situar-se em 1,56 face ao dólar, em média, nos anos 2008 e 2009 (1,37 em 2007); as taxas de juro de curto prazo na área do euro deverão manter-se, em média, em 4,3% em 2008 e diminuir para 3,8% em 2009 e as taxas de juro de longo prazo deverão baixar para 4% no conjunto dos anos de 2008 e 2009 (4,2% em 2007).

## Preços no Consumidor e das Matérias Primas

	Índice de Preços no Consumidor* (variação anual em %)				Desvios face a Outono de 2007 em p.p.	
	2006	2007	2008	2009	2008	2009
Alemanha	1,8	2,3	2,9	1,8	0,9	0,0
França	1,9	1,6	3,0	2,0	1,3	0,4
Itália	2,2	2,0	3,0	2,2	1,0	0,3
Espanha	3,6	2,8	3,8	2,6	0,9	-0,1
<b>Portugal</b>	<b>3,0</b>	<b>2,4</b>	<b>2,8</b>	<b>2,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,0</b>
Reino Unido	2,3	2,3	2,8	2,2	0,6	0,2
Área do Euro (AE-15)	2,2	2,1	3,2	2,2	1,1	0,2
União Europeia (UE-27)	2,3	2,4	3,6	2,4	1,2	0,2
EUA	3,2	2,8	3,6	1,6	1,7	0,1
Japão	0,3	0,1	0,7	0,6	0,5	0,1
China	1,5	4,8	5,5	3,6	2,5	0,8
<i>em memória:</i>						
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	66,2	72,5	101,2	100,0	22,4	24,0
Preço das matérias primas excl. petróleo (taxa de variação, em %)	28,2	15,3	22,3	-0,2	18,0	1,9
Preço dos produtos alimentares (taxa de variação, em %)	15,3	19,1	38,6	-0,5	28,3	1,0

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecasts*, Primavera 2008. \* IHPC para os países da UE.

## 2. Portugal

As projecções divulgadas pela CE indicam uma desaceleração da economia portuguesa, influenciada, sobretudo, pelo abrandamento económico dos principais parceiros comerciais, dos efeitos das condições mais restritivas na concessão do crédito e da subida dos preços de energia e de produtos alimentares. O contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB deverá manter-se positivo para o horizonte de projecção, embora situando-se abaixo do valor registado em 2006.

**Principais Indicadores Económicos para Portugal – Previsões da Comissão Europeia**  
(taxas de variação real para as componentes do PIB, em %)

	Primavera 2008			Desvios face a Outono de 2007 em p.p.	
	2007	2008	2009	2008	2009
Consumo Privado	1,5	1,2	1,4	-0,1	-0,3
Consumo Público	0,3	0,3	0,5	-0,1	0,0
FBCF	3,2	2,9	1,4	0,6	-2,0
Procura Interna	1,6	1,4	1,2	0,1	-0,6
Exportações	7,1	4,6	4,2	-1,0	-0,7
Importações	5,4	3,3	2,8	0,0	-1,0
<b>PIB</b>	<b>1,9</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,5</b>
IHPC (taxa de variação, em %)	2,4	2,8	2,3	0,4	0,0
Emprego (taxa de variação, em %)	0,2	0,7	0,5	0,1	-0,4
Taxa de Desemprego	8,0	7,9	7,9	-0,1	0,2
Saldo das Administrações Públicas (em % do PIB)	-2,6	-2,2	-2,6	0,4	-0,2
Saldo da Balança Corrente (em % do PIB)	-9,8	-10,1	-9,4	-1,3	-0,7

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecasts*, Primavera 2008.



## Relatório de Orientação da Política Orçamental

No dia 16 de Maio, o Governo entregou à Assembleia da República o Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO) de 2008, dando cumprimento ao definido no artigo 60.º da Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 48/2004 de 24 de Agosto).

No âmbito da elaboração do ROPO de 2008, o Governo procedeu a uma revisão do cenário macroeconómico para a evolução da economia portuguesa para o período 2008-2011. Num contexto em que os efeitos das perturbações nos mercados financeiros internacionais associadas à crise do mercado imobiliário norte-americano se têm prolongado mais do que o esperado, os riscos de forte desaceleração das economias norte-americana e espanhola se têm materializado e a tendência altista dos preços do petróleo e dos bens alimentares têm persistido, resultam numa deterioração do contributo da procura externa líquida e numa aceleração dos preços face ao previsto no PEC.

As actuais previsões para o PIB apontam para um crescimento real de 1,5% e 2% em 2008 e 2009, respectivamente, e de 2,2% em 2010 e 2011 (representando um desvio, face às anteriores previsões, de 0,7 p.p. no primeiro ano e 0,8 p.p. no restante horizonte de previsão), em resultado de um menor contributo quer da procura externa líquida quer da procura interna (Quadro 1).

**Quadro 1 – Indicadores Macroeconómicos**

	2007	ROPO (Maio 08)			
		2008	2009	2010	2011
<b>PIB</b> (taxas de variação real, em %)	<b>1,8</b>	<b>1,5</b>	<b>2,0</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>
Consumo Privado	1,5	1,4	1,7	1,8	1,9
Consumo Público	-0,3	-1,1	-0,6	-0,3	1,1
Investimento (FBCF)	3,2	3,5	5,5	5,7	5,5
Exportações	7,3	5,3	4,7	5,1	5,2
Importações	5,5	4,3	4,5	5,0	5,3
Taxa de desemprego (%)	8,0	7,6	7,4	7,2	6,9
Emprego total (taxa de variação, %)	0,2	0,8	1,0	1,1	1,1
Taxa de inflação (%)	2,5	2,6	2,2	2,0	2,0

Fontes: INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.

O mercado de trabalho manterá o perfil de recuperação (diminuição da taxa de desemprego e aumento do emprego).

Em resultado da manutenção da tendência altista dos preços do petróleo e dos bens alimentares, a taxa de inflação foi revista em alta, nomeadamente em 2008 (+0,5 p.p.), Contudo, esta previsão configura que a taxa de inflação portuguesa fique 0,6 p.p. abaixo da média da área do euro, neste ano.

Tendo em conta o bom desempenho registado em matéria de finanças públicas em 2007 assim como a evolução agora prevista para a economia portuguesa, o Governo reviu, também, a meta do défice orçamental de 2008 para 2,2% do PIB (anteriormente 2,4%) e actualizou as perspectivas orçamentais de médio prazo que tinham sido apresentadas na actualização de Dezembro de 2007 do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), mantendo-se o Objectivo de Médio Prazo de um saldo estrutural de

-0,5% do PIB a atingir em 2010 (Quadro 2). Relativamente à dívida pública em percentagem do PIB, e na sequência da evolução esperada para o saldo primário, mantém a trajectória de redução até 2011.

**Quadro 2 – Perspectivas Orçamentais (em % PIB)**

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Saldos Efectivos</b>					
Saldo Global	-2,6	-2,2	-1,5	-0,7	-0,5
Saldo Primário	0,2	0,7	1,4	1,9	2,2
<b>Saldos Estruturais<sup>(*)</sup></b>					
Saldo Global	-2,2	-1,8	-1,0	-0,5	-0,5
Saldo Primário	0,6	1,1	1,8	2,1	2,2
Dívida Pública consolidada	63,7	63,6	62,5	60,5	58,2

Fontes: INE e Ministério das Finanças e Administração Pública.

Nota: (\*) Saldos ajustados do ciclo e excluindo medidas extraordinárias.

Salienta-se ainda o facto da Comissão Europeia ter apresentado ao Conselho, a 7 de Maio, uma proposta de derrogação da situação de défice excessivo colocada a Portugal em 2005, tendo por base os resultados orçamentais apresentados em 2007, reportados ao Eurostat na 1ª Notificação de 2008 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, e as previsões de Primavera da Comissão Europeia. Com efeito, o valor do défice das Administrações Públicas em 2007 (2,6% do PIB), idêntico ao previsto para 2008 na actualização de Dezembro de 2005 do PEC, veio permitir que a situação de défice excessivo seja revogada um ano antes do previsto.

## Comércio internacional de Portugal com Angola

Entre 2000 e 2006, segundo dados estimados veiculados pelo FMI, a balança comercial de Angola com o resto do mundo foi positiva, com um elevado grau de cobertura das importações pelas exportações. Nos últimos anos, registaram-se elevadas taxas de crescimento dos dois fluxos comerciais (Quadro 1).

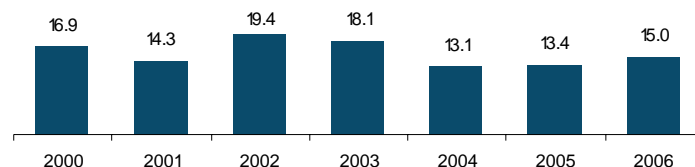
**Quadro 1 - Balança comercial de Angola com o Mundo**

	Valores em milhões de Dólares				TVH		
	2003	2004	2005	2006	04/03	05/04	06/05
'Importações' (cif)	4 465	7 033	8 133	11 176	57.5	15.6	37.4
'Exportações' (fob)	8 506	11 541	20 216	29 096	35.7	75.2	43.9
Saldo (fob-cif)	4 041	4 508	12 083	17 920	11.6	168.1	48.3
Cobertura (fob/cif)	190.5	164.1	248.6	260.3	-	-	-

Fonte GEE, a partir de dados de base do FMI, Direction of Trade Statistics Mar. 2008 (dados estimados).

De acordo com a mesma fonte, a quota de Portugal nas importações angolanas, entre 2000 e 2006, manteve-se nos dois dígitos (15% em 2006).

**Figura 1 – Quota de Portugal nas importações de Angola (%)**



Em 2007, o maior exportador para Angola, entre os 27 da UE, foi Portugal, com 42,1% do total das exportações comunitárias (39,7% em 2006), a que se seguiu, entre os principais fornecedores, a França (13,5%), o Reino Unido (10,0%) e a Alemanha (9,2%).

A balança comercial de Portugal com Angola é favorável a Portugal. As importações portuguesas com esta origem, concentradas essencialmente no petróleo, algo irregulares ao longo da década, registaram um acréscimo significativo em 2007, consolidado no 1º trimestre de 2008.

Por sua vez, as exportações portuguesas para Angola têm vindo a crescer sustentadamente desde 2000, tendo aumentado, em termos homólogos, 38,8% em 2007, após um crescimento de 50,7% no ano anterior. No 1º trimestre de 2008, de acordo com dados preliminares do INE, estas exportações terão crescido 23,1% (Quadro 2).

Em 2007, o contributo de Angola para o crescimento das exportações portuguesas foi de 1,4 pontos percentuais, num crescimento global das saídas de mercadorias de 8,8%, ou seja 15,5%.

**Quadro 2 - Balança comercial de Portugal com Angola**

	milhões de Euros								Janeiro a Março	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007	2008
<b>Importação (Cif)</b>	58	127	70	2	2	25	53	369	81	113
t.v.h.	-	120.3	-45.0	-96.6	-23.8	1272.9	109.9	600.4	-	40.1
% do Extra	0.6	1.2	0.8	0.0	0.0	0.2	0.4	2.6	2.6	2.8
% do Mundo	0.1	0.3	0.2	0.0	0.0	0.1	0.1	0.7	0.6	n.d.
<b>Exportação (Fob)</b>	371	504	570	652	671	803	1 210	1 680	369	454
t.v.h.	-	35.7	13.1	14.4	3.0	19.7	50.7	38.8	-	23.1
% do Extra	7.6	10.0	11.2	12.2	11.7	13.1	15.5	19.3	18.1	20.0
% do Mundo	1.4	1.9	2.1	2.3	2.3	2.7	3.6	4.6	3.9	n.d.
<b>Saldo (Fob-Cif)</b>	313	377	500	649	669	778	1157	1311	289	341
t.v.h.	-	20.2	32.7	30.0	3.1	16.2	48.8	13.2	-	-
<b>Cobertura (Fob/Cif)</b>	643.4	396.4	814.4	27 116.3	36 661.8	3 195.4	2 294.2	454.8	458.0	402.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE; 2006 e 2007 - segundas versões do ano; 2008 - versão preliminar.

Tradicionalmente predominante no passado, o grupo de produtos “Agro-alimentares” cedeu em 2005 a primeira posição ao grupo das “Máquinas”, que em 2007 pesou 30,1% no total. Neste ano, seguiram-se os grupos “Agro-alimentares” (19,7%), “Produtos acabados diversos” (11,9%), “Minérios e metais” (10,3%), “Material de transporte” (9,4%) e “Químicos” (9,4%) (Quadro 3).

**Quadro 3 – Exportações portuguesas para Angola por Grupos de Produtos**

(2006, 2007 e Jan-Fev 2007 e 2008)

Cód.	Grupos de Produtos	milhões de Euros				Tx. variação (%)		Estrutura (%)			
		2006	2007	Jan-Fev*		07/06	Jan-Fev*	2006	2007	Jan-Fev*	
				2007	2008					2007	2008
700	Máquinas	320	506	74	94	58.2	26.9	26.4	30.1	31.7	31.0
000	Agro-alimentares	263	332	41	59	26.3	42.2	21.7	19.7	17.8	19.5
900	Prod. Acabados diversos	144	199	24	30	38.4	22.5	11.9	11.9	10.4	9.9
600	Minérios e metais	146	173	23	36	18.7	55.8	12.1	10.3	10.0	12.0
800	Material de Transporte	101	158	24	29	56.4	23.4	8.3	9.4	10.1	9.6
200	Químicos	129	157	22	26	21.7	20.1	10.7	9.4	9.5	8.8
300	Madeira, cortiça e papel	49	71	10	15	46.0	52.9	4.0	4.2	4.1	4.9
500	Vestuário e calçado	26	40	5	6	53.0	20.2	2.2	2.4	2.2	2.1
400	Peles, couros e têxteis	20	25	3	4	22.0	45.3	1.7	1.5	1.2	1.3
100	Energéticos	13	19	7	3	52.2	-56.7	1.1	1.2	3.0	1.0
	<b>Total da Exportação</b>	<b>1 210</b>	<b>1 680</b>	<b>232</b>	<b>301</b>	<b>38.8</b>	<b>29.7</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

\* Últimos dados desagregados conhecidos.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2006 e 2007 - segundas versões do ano; 2008 - versão preliminar.

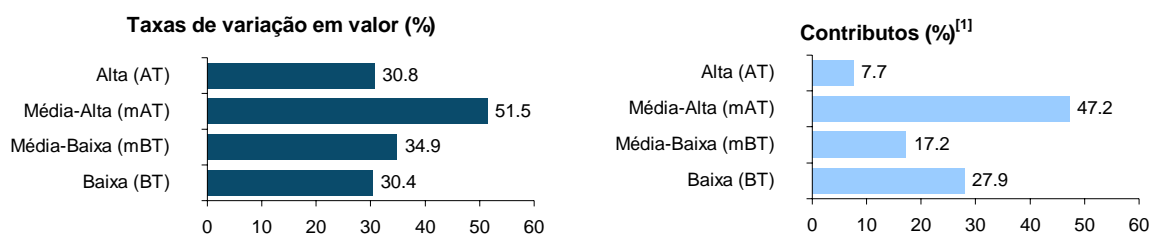
O crescimento das exportações portuguesas para Angola de produtos industriais transformados, nos últimos anos, tem-se alicerçado em produtos com elevada componente tecnológica. Em 2007, cerca de 48% destas exportações incidiram em produtos de Alta e Média-alta intensidade tecnológica.

A Média-alta tecnologia, com um peso de cerca de 39% no total dos produtos transformados exportados para Angola, onde se destacam as máquinas e equipamentos, registou em 2007 um crescimento homólogo de 51,5%, na sequência de um aumento de 74,2% no ano anterior.

Por sua vez os produtos de Alta intensidade tecnológica, representando 9,1% do total em 2007, registaram um crescimento de 30,8%, na sequência de um aumento de 17,5% no ano anterior. Destacam-se aqui, ordenados pelo seu peso relativo, o “Equipamento de escritório e computação” (+16,7%), os “Instrumentos médicos, ópticos e de precisão” (+54,0%), os “Produtos farmacêuticos” (+16,7%) e o “Equipamento de rádio, TV e comunicações” (+29,7%).

Na Figura 2 encontram-se representadas as taxas de variação e os contributos de cada sector de intensidade tecnológica para o crescimento das exportações portuguesas de produtos industriais transformados para Angola em 2007.

**Figura 2 - Taxas de crescimento das exportações de produtos industriais transformados em 2007 por grau de intensidade tecnológica, e contributos das componentes[1]**



[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados - análise 'shift share':  $TVH \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$  - em percentagem.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões).



## Incremento das exportações para o Brasil no 1º trimestre de 2008

O Brasil é o 17º mais importante mercado de exportação para Portugal e o 8º mercado do lado das importações. Em 2007, as exportações portuguesas para o Brasil cresceram moderadamente (+1,6%, VH), depois de um crescimento significativo em 2006 (+43,0%). No entanto, no 1º trimestre de 2008, registou-se uma recuperação, patente numa taxa de crescimento de 10,6% (Quadro 1).

**Quadro 1 - Balança comercial de Portugal com o Brasil**

	Valores em 1000 Euros					
	2004	2005	2006	2007	1º Trimestre	
					2007	2008
Importação (Cif)	857 529	984 355	1 232 969	1 374 651	262 540	334 171
t.v.h.	-	14.8	25.3	11.5	-	27.3
% do Extra	8.5	8.5	9.5	9.8	8.3	8.4
% do Mundo	1.8	2.0	2.3	2.4	1.9	n.d.
Exportação (Fob)	154 459	178 131	254 642	258 603	54 937	60 778
t.v.h.	-	15.3	43.0	1.6	-	10.6
% do Extra	2.7	2.9	3.3	3.0	2.7	2.7
% do Mundo	0.5	0.6	0.7	0.7	0.6	n.d.
Saldo (Fob-Cif)	-703 070	-806 224	-978 327	-1 116 048	-207 602	-273 393
t.v.h.	-	14.7	21.3	14.1	-	31.7
Cobertura (Fob/Cif)	18.0	18.1	20.7	18.8	20.9	18.2

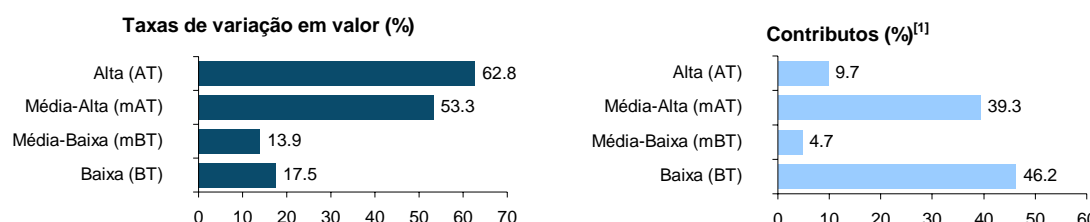
Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2006 e 2007 - segundas versões do ano; 2008 - versão preliminar.

A exportação de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica, de **alta e média-alta tecnologia**, representou 28,4% do total das exportações para o Brasil destes produtos em 2007 (Quadro 2).

A **alta tecnologia** registou um crescimento homólogo de 62,8% em 2007 (na sequência de um aumento de 95,0% no ano anterior), detendo um peso de 5,2% no total dos produtos industriais transformados. Destaca-se aqui o sector do “Equipamento de rádio, TV e comunicações”, com um peso de 3,3% e um crescimento de 113,2% em 2007 (aumento de 80,1% em 2006).

Por seu lado, a **média-alta tecnologia** registou um crescimento homólogo de 53,3% em 2007 (na sequência de um crescimento de 3,8 % em 2006), detendo um peso de 23,2 % no total. Destacam-se os sectores de “Produtos químicos excepto farmacêuticos”, com um peso de 11,2% e um crescimento de 55,2% em 2007 e o das “Máquinas e equipamentos n.e., principalmente não eléctricos”, com um peso de 7,5% e um crescimento de 60,8%.

**Figura 1 - Taxas de crescimento das exportações de produtos industriais transformados em 2007 por grau de intensidade tecnológica, e contributos das componentes[1] para o Brasil**



[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados - análise 'shift share': TVH x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100 - em percentagem.

Apesar do crescimento significativo das exportações dos segmentos de alta e média-alta tecnologia em 2007 (62,8% e 53,3% respectivamente), os produtos de baixa tecnologia detêm ainda mais de metade do peso no total das exportações (63,7%), apresentando um ritmo de crescimento mais moderado em 2007 (17,5%). O seu contributo para o aumento das exportações portuguesas de produtos industriais transformados para o Brasil em 2007 foi de 46,2% (Figura 1).

**Quadro 2 - Exportações portuguesas para o Brasil  
de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica**

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2005	2006	2007	Taxas de variação em valor			Estrutura (%)				Contributos [1] (p.p.)	
				média 2001-05	2006/05	2007/06	2001	2005	2006	2007	2006	2007
<b>Total Prod. Industriais Transformados</b>	<b>141 814</b>	<b>184 568</b>	<b>232 205</b>	<b>-7.6</b>	<b>30.1</b>	<b>25.8</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>30.1</b>	<b>25.8</b>
<b>A ALTA TECNOLOGIA</b>	<b>3 791</b>	<b>7 391</b>	<b>12 029</b>	<b>-17.1</b>	<b>95.0</b>	<b>62.8</b>	<b>4.1</b>	<b>2.7</b>	<b>4.0</b>	<b>5.2</b>	<b>2.5</b>	<b>2.5</b>
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	<b>3 613</b>	<b>6 843</b>	<b>10 934</b>	<b>-17.6</b>	<b>89.4</b>	<b>59.8</b>	<b>4.0</b>	<b>2.5</b>	<b>3.7</b>	<b>4.7</b>	<b>2.3</b>	<b>2.2</b>
A1 Aeronáutica e aeroespacial	179	548	1 095	-3.3	206.8	99.9	0.1	0.1	0.3	0.5	0.3	0.3
A2 Produtos farmacêuticos	739	833	545	-24.6	12.7	-34.6	1.2	0.5	0.5	0.2	0.1	-0.2
A3 Equipamento de escritório e computação	258	1 153	1 032	-24.3	346.6	-10.5	0.4	0.2	0.6	0.4	0.6	-0.1
A4 Equipamento de rádio, TV e comunicações	1 986	3 577	7 625	-15.3	80.1	113.2	2.0	1.4	1.9	3.3	1.1	2.2
A5 Instrumentos médicos, ópticos e de precisão	630	1 281	1 733	-8.6	103.5	35.3	0.5	0.4	0.7	0.7	0.5	0.2
<b>B MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA</b>	<b>33 837</b>	<b>35 129</b>	<b>53 859</b>	<b>-16.4</b>	<b>3.8</b>	<b>53.3</b>	<b>35.7</b>	<b>23.9</b>	<b>19.0</b>	<b>23.2</b>	<b>0.9</b>	<b>10.1</b>
B1 Máquinas e aparelhos eléctricos n.e.	5 192	4 861	6 220	-35.8	-6.4	28.0	15.8	3.7	2.6	2.7	-0.2	0.7
B2 Veículos a motor, reboques e semi-reboques	4 332	2 419	3 695	10.1	-44.2	52.7	1.5	3.1	1.3	1.6	-1.3	0.7
B3 Produtos químicos, excepto farmacêuticos	14 492	16 799	26 064	16.5	15.9	55.2	4.0	10.2	9.1	11.2	1.6	5.0
B4 Equipamento ferroviário e equip. transporte n.e.	88	200	432	0.7	127.0	115.4	0.0	0.1	0.1	0.2	0.1	0.1
B5 Máquinas e equip. n.e. (princ. não eléctricos)	9 732	10 850	17 449	-23.0	11.5	60.8	14.3	6.9	5.9	7.5	0.8	3.6
<b>C MÉDIA-BAIXA TECNOLOGIA</b>	<b>11 820</b>	<b>16 182</b>	<b>18 437</b>	<b>-16.8</b>	<b>36.9</b>	<b>13.9</b>	<b>12.7</b>	<b>8.3</b>	<b>8.8</b>	<b>7.9</b>	<b>3.1</b>	<b>1.2</b>
C1 Construção e reparação naval	0	1 951	447			-77.1	0.0	0.0	1.1	0.2		-0.8
C2 Produtos da borracha e do plástico	4 910	7 418	9 249	-14.2	51.1	24.7	4.7	3.5	4.0	4.0	1.8	1.0
C3 Refin. petróleo, petroquímica e combust. nuclear	5	0	0	-80.8	-100.0		1.9	0.0	0.0	0.0	0.0	
C4 Produtos minerais não metálicos	2 132	2 225	3 009	-11.5	4.4	35.2	1.8	1.5	1.2	1.3	0.1	0.4
C5 Metalurgia de base	640	1 088	1 705	-30.0	69.9	56.7	1.4	0.5	0.6	0.7	0.3	0.3
C6 Fabricação prod. metálicos (excl. máq. e equip.)	4 132	3 500	4 027	-8.3	-15.3	15.1	3.0	2.9	1.9	1.7	-0.4	0.3
<b>D BAIXA TECNOLOGIA</b>	<b>92 366</b>	<b>125 866</b>	<b>147 880</b>	<b>0.0</b>	<b>36.3</b>	<b>17.5</b>	<b>47.5</b>	<b>65.1</b>	<b>68.2</b>	<b>63.7</b>	<b>23.6</b>	<b>11.9</b>
D1 Manufacturas n.e. e reciclagem	483	538	1 458	-23.7	11.5	171.0	0.7	0.3	0.3	0.6	0.0	0.5
D2 Pasta de papel, papel, cartão e publicações	4 814	6 018	5 373	-9.6	25.0	-10.7	3.7	3.4	3.3	2.3	0.8	-0.3
D3 Produtos alimentares, bebidas e tabaco	78 535	108 846	127 413	5.0	38.6	17.1	33.3	55.4	59.0	54.9	21.4	10.1
D4 Têxteis, vestuário, couros e calçado	5 691	6 580	9 004	-19.3	15.6	36.8	6.9	4.0	3.6	3.9	0.6	1.3
D5 Madeira e produtos da madeira e cortiça	2 843	3 884	4 632	-15.2	36.6	19.3	2.8	2.0	2.1	2.0	0.7	0.4
<b>Total das Exportações</b>	<b>178 131</b>	<b>254 642</b>	<b>258 603</b>	<b>-5.6</b>	<b>43.0</b>	<b>1.6</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>43.0</b>	<b>1.6</b>
<i>Produtos Industriais Transformados</i>	<i>141 814</i>	<i>184 568</i>	<i>232 205</i>	<i>-7.6</i>	<i>30.1</i>	<i>25.8</i>	<i>86.4</i>	<i>79.6</i>	<i>72.5</i>	<i>89.8</i>	<i>24.0</i>	<i>18.7</i>
<i>Residual</i>	<i>36 317</i>	<i>70 073</i>	<i>26 398</i>	<i>4.5</i>	<i>92.9</i>	<i>-62.3</i>	<i>13.6</i>	<i>20.4</i>	<i>27.5</i>	<i>10.2</i>	<i>19.0</i>	<i>-17.2</i>

Por memória:

<b>Total das Exportações</b>	<b>178 131</b>	<b>254 642</b>	<b>258 603</b>	<b>-5.6</b>	<b>43.0</b>	<b>1.6</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>43.0</b>	<b>1.6</b>
<i>Produtos Industriais Transformados</i>	<i>141 814</i>	<i>184 568</i>	<i>232 205</i>	<i>-7.6</i>	<i>30.1</i>	<i>25.8</i>	<i>86.4</i>	<i>79.6</i>	<i>72.5</i>	<i>89.8</i>	<i>24.0</i>	<i>18.7</i>
<i>Residual</i>	<i>36 317</i>	<i>70 073</i>	<i>26 398</i>	<i>4.5</i>	<i>92.9</i>	<i>-62.3</i>	<i>13.6</i>	<i>20.4</i>	<i>27.5</i>	<i>10.2</i>	<i>19.0</i>	<i>-17.2</i>

[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados com destino a este parceiro comercial em pontos percentuais - análise 'shift share':  $TVH \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ . Por memória, os contributos estão calculados em relação às exportações totais.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2005 e 2006 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2006 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países terceiros passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões).

## Recuperação das exportações para a Venezuela no 1º trimestre de 2008

As exportações portuguesas para a Venezuela que em 2007 haviam decrescido em termos homólogos 6,3%, apresentaram no 1º trimestre de 2008 um aumento de 51,1% (Quadro 1).

**Quadro 1 - Balança comercial de Portugal com a Venezuela**

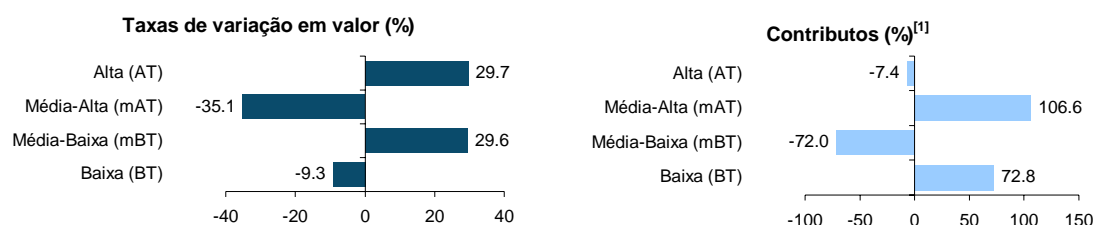
	Valores em 1000 Euros					
	2004	2005	2006	2007	1º Trimestre	
					2007	2008
Importação (Cif)	16 738	10 890	211 349	12 112	975	4 152
t.v.h.	-	-34.9	1840.8	-94.3	-	325.8
% do Extra	0.17	0.09	1.63	0.09	0.03	0.10
% do Mundo	0.04	0.02	0.40	0.02	0.01	n.d.
Exportação (Fob)	9 511	12 067	17 347	16 260	3 464	5 235
t.v.h.	-	26.9	43.8	-6.3	-	51.1
% do Extra	0.17	0.20	0.22	0.19	0.17	0.23
% do Mundo	0.03	0.04	0.05	0.04	0.04	n.d.
Saldo (Fob-Cif)	-7 226	1 177	-194 002	4 148	2 489	1 083
t.v.h.	-	-	-	-	-	-56.5
Cobertura (Fob/Cif)	56.8	110.8	8.2	134.2	355.2	126.1

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2006 e 2007 - segundas versões do ano; 2008 - versão preliminar.

Do total das exportações portuguesas de produtos industriais transformados para a Venezuela em 2007, 40,8% são produtos de **média intensidade tecnológica** (média-alta e média-baixa tecnologia), com destaque para os sectores de “Máquinas e equipamentos n.e., principalmente não eléctricos” (12,6% do total) e de “Fabricação de produtos metálicos, excluindo máquinas e equipamentos” (13,9% do total) (Quadro 2).

Os produtos de **média-alta intensidade tecnológica**, com um peso de 15,7% no total em 2007, registaram uma descida de 35,1%, após um significativo crescimento de 203,6% no ano anterior, tendo contribuído com 106,6% para o crescimento global das exportações de produtos industriais transformados portugueses para a Venezuela em 2007 (Figura 1).

**Figura 1 - Taxas de crescimento das exportações de produtos industriais transformados em 2007 por grau de intensidade tecnológica, e contributos das componentes[1] para a Venezuela**



[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados em percentagem - análise 'shift share': TVH x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Os produtos de **média-baixa intensidade tecnológica**, detendo um peso de 25,1% em 2007, registaram um acréscimo de 29,6%.

Os produtos de **alta intensidade tecnológica**, com um peso relativamente menor, onde ocupam lugar de relevo os “Produtos farmacêuticos” (7,3% de VH e 1,4% do total), registaram um acréscimo de 29,7%, para o que contribuíram decisivamente as exportações de “Equipamento de rádio, TV e comunicações” que, representando 1.0% do total, o seu valor passou de 7 para 163 mil euros.

Os produtos de **baixa intensidade tecnológica**, cujo peso relativo tem vindo a decrescer desde 2005, detêm ainda 56,7% das exportações portuguesas de produtos industriais transformados para a Venezuela em 2007, apresentando uma quebra de 9,3% relativamente ao ano anterior. Destacam-se aqui, pelo seu peso relativo, os sectores “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” (35,7% do total) e “Têxteis, vestuário, couros e calçado” (14,4%). O contributo dos produtos de baixa intensidade tecnológica para o crescimento das exportações portuguesas de produtos industriais transformados para a Venezuela em 2007, foi de 72,8% (Figura 1).

**Quadro 2 - Exportações portuguesas para a Venezuela  
de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica**

Intensidade Tecnológica	2005	2006	2007	Taxas de variação em valor			Estrutura (%)				Contributos [1] (p.p.)	
				média 2001-05	2006/05	2007/06	2001	2005	2006	2007	2006	2007
<b>Total Prod. Industriais Transformados</b>	<b>11 939</b>	<b>17 221</b>	<b>15 951</b>	<b>-18.4</b>	<b>44.2</b>	<b>-7.4</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>44.2</b>	<b>-7.4</b>
<b>A ALTA TECNOLOGIA</b>	<b>231</b>	<b>316</b>	<b>409</b>	<b>-48.4</b>	<b>36.6</b>	<b>29.7</b>	<b>12.1</b>	<b>1.9</b>	<b>1.8</b>	<b>2.6</b>	<b>0.7</b>	<b>0.5</b>
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	231	313	408	-48.4	35.4	30.5	12.1	1.9	1.8	2.6	0.7	0.6
A1 Aeronáutica e aeroespacial	0	3	1			-58.5	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0
A2 Produtos farmacêuticos	188	207	222	-48.0	10.1	7.3	9.5	1.6	1.2	1.4	0.2	0.1
A3 Equipamento de escritório e computação	8	37	17	-12.5	386.1	-53.2	0.0	0.1	0.2	0.1	0.2	-0.1
A4 Equipamento de rádio, TV e comunicações	3	7	163	-71.1	158.0	2369.9	1.4	0.0	0.0	1.0	0.0	0.9
A5 Instrumentos médicos, ópticos e de precisão	33	63	6	-43.1	88.9	-90.8	1.2	0.3	0.4	0.0	0.2	-0.3
<b>B MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA</b>	<b>1 269</b>	<b>3 853</b>	<b>2 500</b>	<b>-31.8</b>	<b>203.6</b>	<b>-35.1</b>	<b>21.7</b>	<b>10.6</b>	<b>22.4</b>	<b>15.7</b>	<b>21.6</b>	<b>-7.9</b>
B1 Máquinas e aparelhos eléctricos n.e.	93	374	297	-53.9	303.4	-20.6	7.6	0.8	2.2	1.9	2.4	-0.4
B2 Veículos a motor, reboques e semi-reboques	23	184	75	-22.6	698.8	-59.4	0.2	0.2	1.1	0.5	1.4	-0.6
B3 Produtos químicos, excepto farmacêuticos	66	105	113	-31.2	58.7	7.0	1.1	0.6	0.6	0.7	0.3	0.0
B4 Equipamento ferroviário e equip. transporte n.e.	19	11	14	-32.2	-41.8	20.9	0.3	0.2	0.1	0.1	-0.1	0.0
B5 Máquinas e equip. n.e. (princ. não eléctricos)	1 068	3 178	2 002	-24.8	197.7	-37.0	12.4	8.9	18.5	12.6	17.7	-6.8
<b>C MÉDIA-BAIXA TECNOLOGIA</b>	<b>1 972</b>	<b>3 091</b>	<b>4 005</b>	<b>-16.3</b>	<b>56.8</b>	<b>29.6</b>	<b>14.9</b>	<b>16.5</b>	<b>17.9</b>	<b>25.1</b>	<b>9.4</b>	<b>5.3</b>
C1 Construção e reparação naval	115	19	67	26.7	-83.5	255.2	0.2	1.0	0.1	0.4	-0.8	0.3
C2 Produtos da borracha e do plástico	135	597	487	3.3	341.7	-18.5	0.4	1.1	3.5	3.1	3.9	-0.6
C3 Refin. petróleo, petroquímica e combust. nuclear	0	0	0	-100.0			0.0	0.0	0.0	0.0		
C4 Produtos minerais não metálicos	279	834	1 102	-27.7	198.9	32.2	3.8	2.3	4.8	6.9	4.6	1.6
C5 Metalurgia de base	207	147	128	-37.4	-29.0	-12.8	5.0	1.7	0.9	0.8	-0.5	-0.1
C6 Fabricação prod. metálicos (excl. máq. e equip.)	1 235	1 494	2 220	-4.4	20.9	48.6	5.5	10.3	8.7	13.9	2.2	4.2
<b>D BAIXA TECNOLOGIA</b>	<b>8 468</b>	<b>9 962</b>	<b>9 038</b>	<b>-11.6</b>	<b>17.6</b>	<b>-9.3</b>	<b>51.3</b>	<b>70.9</b>	<b>57.8</b>	<b>56.7</b>	<b>12.5</b>	<b>-5.4</b>
D1 Manufacturas n.e. e reciclagem	139	182	134	-22.1	30.9	-26.3	1.4	1.2	1.1	0.8	0.4	-0.3
D2 Pasta de papel, papel, cartão e publicações	64	226	57	-59.3	256.2	-74.6	8.5	0.5	1.3	0.4	1.4	-1.0
D3 Produtos alimentares, bebidas e tabaco	5 993	6 247	5 702	-8.7	4.2	-8.7	31.9	50.2	36.3	35.7	2.1	-3.2
D4 Têxteis, vestuário, couros e calçado	1 584	2 031	2 300	-4.6	28.2	13.2	7.1	13.3	11.8	14.4	3.7	1.6
D5 Madeira e produtos da madeira e cortiça	688	1 275	845	1.6	85.3	-33.7	2.4	5.8	7.4	5.3	4.9	-2.5
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Exportações</b>	<b>12 067</b>	<b>17 347</b>	<b>16 260</b>	<b>-18.3</b>	<b>43.8</b>	<b>-6.3</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>43.8</b>	<b>-6.3</b>
Produtos Industriais Transformados	11 939	17 221	15 951	-18.4	44.2	-7.4	99.6	98.9	99.3	98.1	43.8	-7.3
Residual	128	127	309	5.3	-0.5	143.5	0.4	1.1	0.7	1.9	0.0	1.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados com destino a este parceiro comercial em pontos percentuais - análise 'shift share':  $TVH \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ . Por memória, os contributos estão calculados em relação às exportações totais.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2005 e 2006 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2006 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países terceiros passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões).

## Convite à Submissão de Artigos

O Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia da Inovação e o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARl) do Ministério das Finanças e da Administração Pública convidam à submissão de artigos para a sua série “Ensaio”.

Os “Ensaio” são uma colecção de artigos a publicar no BMEP – Boletim Mensal de Economia Portuguesa, dedicada a estudos técnicos de natureza aplicada, versando matérias de interesse para o Ministério da Economia e Inovação e para o Ministério das Finanças e da Administração Pública. Tipicamente, um “Ensaio” será um resumo para o grande público de estudos técnicos ou de artigos científicos em fase de submissão.

Os artigos deverão ser submetidos em formato PDF, não podendo exceder as 10 páginas. Os artigos serão alvo de uma criteriosa selecção pelo comité científico, tendo em conta o rigor da análise e a clareza da exposição.

Entre os temas de interesse, incluem-se o Crescimento Económico, Alterações Estruturais, Comércio Internacional, Investimento, Inovação, Competitividade, Ambiente de Negócios, Finanças Públicas, Mercado do Trabalho e Administração Pública.

Os artigos e deverão ser enviados ao cuidado de:

Prof. Carlos Cortinhas  
GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos  
Av. da República, nº 79  
1050 – 243 Lisboa  
E-mail: [carlos.cortinhas@gee.min-economia.pt](mailto:carlos.cortinhas@gee.min-economia.pt)



# Iniciativas e Medidas Legislativas



## INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

### 1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião ECOFIN 14 – 15 de Maio de 2008</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 14 e 15 de Maio de 2008 destacam-se os principais temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Qualidade das finanças públicas – eficiência da despesa pública em transferências sociais e educação:</b> Na sequência do debate no ECOFIN informal em Brdo (no início de Abril) foram aprovadas conclusões relativas à eficácia e eficiência da despesa social, as quais referem um conjunto de características que podem apoiar a eficácia das reformas nos sistemas de protecção social, nomeadamente com (i) uma abordagem transversal, (ii) a inclusão activa e a aprendizagem ao longo da vida, (iii) o fortalecendo a capacidade de adaptação à mudança do capital humano e (iv) o papel fundamental da educação. São ainda identificadas áreas de trabalho futuro.</li> <li>▪ <b>Disposições em matéria de estabilidade financeira:</b> O ECOFIN aprovou conclusões em matéria de supervisão e de estabilidade financeira a longo prazo na UE, salientando-se (i) o reforço dos mandatos dos supervisores nacionais, (ii) uma melhoria no funcionamento dos comités europeus de supervisores, (iii) a cooperação das autoridades de supervisão, tendo em conta os colégios de supervisores para uma supervisão mais eficaz a nível <i>cross-border</i> dos grupos financeiros. Na eventualidade de uma crise, os Ministros acordaram que a questão do <i>burden sharing</i> deve ser abordada se custos orçamentais estiverem envolvidos, se bem que, será sempre dada primazia às soluções do sector privado, e que os trabalhos relativamente à convergência de regulamentação e de <i>reporting</i> financeiro devem ser acelerados.</li> <li>▪ <b>Comunicação sobre educação financeira:</b> Os Ministros adoptaram conclusões que reconhecem a importância de reforçar a educação financeira dos consumidores e de estabelecer a nível da UE e dos estados-membros um conjunto de ferramentas mais eficazes para uma oferta de educação financeira.</li> <li>▪ <b>Livro Branco sobre crédito hipotecário:</b> O Conselho ECOFIN adoptou conclusões sobre esta matéria. De salientar que este Livro Branco resume os objectivos gerais da Comissão e apresenta um pacote de medidas, no sentido de melhorar a competitividade e a eficiência nos mercados europeus do crédito hipotecário europeu com vista ao desenvolvimento da sua integração.</li> <li>▪ <b>Combate à fraude fiscal:</b> A Comissão apresentou ao Conselho um relatório oral com o ponto de situação dos trabalhos que estão a ser realizados no Grupo Estratégia Anti-Fraude Fiscal. Dos principais aspectos focados pela Comissão, há que destacar: (i) a possibilidade de tornar o fornecedor dos bens responsável solidário pelo pagamento do IVA; (ii) o acesso directo às bases de dados dos outros estados-membros e (iii) o reforço do quadro jurídico existente das medidas em matéria de cooperação administrativa com a extensão a outro tipo de realidades.</li> <li>▪ <b>Directiva da tributação da poupança:</b> O ECOFIN registou a avaliação informal efectuada pela Comissão Europeia sobre a aplicação da Directiva 203/48/CE, relativa à tributação da poupança sobre a forma de juros. A Comissão manifestou a necessidade de rever a referida Directiva não só em resultado da experiência entretanto adquirida, mas também pela necessidade de alargar a troca de informações a outros rendimentos, de forma a fazer face a situações de evasão fiscal. O</li> </ul>

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

Conselho aprovou conclusões no sentido da Comissão apresentar um relatório, até 30 de Setembro de 2008, sobre o estado de implementação da Directiva, de modo a ser dada sequência a propostas específicas baseadas no referido relatório.

- **Good Governance na área fiscal:** Foram aprovadas conclusões em que o ECOFIN: (i) considerou que os recentes acontecimentos que envolvem a fraude e a evasão fiscais vieram provar a necessidade de abordar esta questão em todo o Mundo, devendo ser reforçados os esforços no combate à fraude e evasões fiscais transfronteiriças; (ii) enfatizou a importância de implementar, numa base geográfica o mais abrangente possível, os princípios da boa *governance* na área fiscal –que podem igualmente reforçar a luta contra o branqueamento de capitais, a corrupção e o financiamento do terrorismo; (iii) reconheceu igualmente a necessidade de incluir, em acordos relevantes de cooperação e parceria com países terceiros uma cláusula específica de *good governance* na área fiscal.
- **Estratégia para a evolução da União Aduaneira:** O ECOFIN procedeu a uma troca de pontos de vista sobre o futuro desenvolvimento estratégico da União Aduaneira na UE, tendo por base uma Comunicação da Comissão intitulada "Estratégia para a Evolução da União Aduaneira". O Conselho adoptou conclusões que referem o papel crucial desempenhado pela União Aduaneira enquanto alicerce da União Europeia.

## Programa PROVERE

Foi lançado o PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos) que visa o desenvolvimento das regiões de baixa densidade populacional através da valorização dos seus próprios recursos e da promoção de parcerias entre agentes económicos.

O PROVERE mobilizará apoios financeiros para a implementação dos projectos previstos nos Programas de Acção que venham a ser formalmente reconhecidos como PROVERE, no âmbito de concursos específicos para esse efeito. Estes estímulos traduzem-se, nomeadamente, em acesso preferencial aos PO do QREN. Os projectos de empresas que sejam incluídos nos Programas de Acção de um PROVERE formalmente reconhecido beneficiarão ainda de taxas de apoio majoradas de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 287/2007, de 18 de Agosto.

Reconhecendo a complexidade, sobretudo nas regiões de baixa densidade, da elaboração de um programa de acção integrado, está previsto o apoio financeiro, por parte do Governo, à preparação de programas de acção. Este apoio será concedido no âmbito de um concurso (de ideias) destinado a financiar as acções preparatórias, no quadro dos PO Regionais. Este concurso de acções preparatórias irá preceder o concurso para o reconhecimento formal PROVERE, mas a obtenção de apoio no primeiro não implica o reconhecimento formal no segundo.

Poderão integrar um programa de acção PROVERE e, como tal, vir a ser apoiados, todos os projectos elegíveis no âmbito dos Programas Operacionais (PO) do QREN, do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e do Programa das Pescas (PROMAR), desde que demonstrada a sua relevância para a concretização da estratégia de valorização económica de recursos endógenos proposta.

## Programa Inov-Mundus

Foi aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Maio, no âmbito do Programa Inov-Jovens Quadros, a criação de uma medida específica para a área da cooperação para o desenvolvimento, designada Inov-Mundus.

Esta medida visa, ao longo dos próximos três anos, abranger 250 jovens qualificados, mediante a realização de estágios profissionalizantes,

INICIATIVA	SUMÁRIO
Visita Oficial à Venezuela	<p>essencialmente de carácter internacional, a efectuar junto de entidades públicas ou privadas e organizações nacionais ou internacionais, cuja área de actuação reporte à cooperação para o desenvolvimento.</p> <p>Na primeira quinzena de Maio, o Primeiro-ministro realizou uma visita oficial à Venezuela, tendo apontado como um dos objectivos essenciais desta visita o desenvolvimento das relações económicas com este país.</p> <p>Neste sentido, no decurso desta visita, foram assinados um conjunto de Acordos e memorandos institucionais e empresariais de áreas tão diversas como a energia, o turismo, a construção, a reparação naval, o sector agro-alimentar e a indústria farmacêutica.</p> <p>Destaca-se, o Acordo Complementar ao Acordo Quadro de <b>Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Venezuela</b>, em Matéria de <b>Cooperação Económica e Energética</b> entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela. Este Acordo, que vem complementar o Acordo Quadro assinado em 1994, tem como objectivo tentar equilibrar a balança comercial deficitária de Portugal em relação à Venezuela, explicada em grande parte pela importação de produtos petrolíferos. O Acordo estabelece os prazos e mecanismos para a compra de bens e serviços portugueses por parte da Venezuela, numa percentagem do valor das compras de produtos petrolíferos por Portugal. O Acordo prevê, nomeadamente, a criação de uma Comissão Mista de Acompanhamento e estabelece as áreas prioritárias de cooperação.</p>

## 2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Combate à Corrupção</i> Lei n.º 19/2008 - I Série n.º 78, de 21 /04</p>	<p>Aprova medidas de combate à corrupção, das quais se destaca: (i) a criação, junto do Ministério da Justiça, de uma base de dados de procaurações; (ii) a obrigação de o director de finanças comunicar ao Ministério Público a decisão de avaliação da matéria colectável com recurso a métodos indirectos; (iii) e o estabelecimento de garantias em favor dos denunciante, no âmbito da função pública, de infracções. Com a presente lei resultam alteradas a Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, a Lei n.º 4/83, de 2 de Abril e a Lei Geral Tributária.</p>
<p><i>Corrupção no Comércio Internacional</i> Lei n.º 20/2008 - I Série n.º 78, de 21/04</p>	<p>Cria o novo regime penal de corrupção no comércio internacional e no sector privado, dando cumprimento à Decisão Quadro n.º 2003/568/JAI, do Conselho, de 22 de Julho. Com este novo regime as pessoas colectivas e equiparadas passam a ser responsabilizadas, nos termos gerais, pelos crimes previstos na presente lei. É, também, de destacar que, de acordo com as obrigações europeias, a corrupção no sector privado passa a ser punível independentemente da prova de que tal conduta seja idónea a causar uma distorção da concorrência ou um prejuízo patrimonial para terceiros. Agrava-se o limite máximo da pena que cabe à corrupção passiva no sector privado de três para cinco anos de prisão e de 360 para 600 dias de multa (nos casos em que o acto conduza a uma distorção da concorrência ou um prejuízo patrimonial para terceiros).</p>
<p><i>Sector Empresarial do Estado</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008 - I Série n.º 79, de 22/04</p>	<p>Aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado. As principais orientações respeitam aos seguintes domínios: - Área financeira, através da obrigatoriedade de definição de objectivos de natureza financeira e aferição do grau do seu cumprimento por meio de indicadores apropriados; - Contratualização da prestação de serviço público, qualidade de serviço, política de recursos humanos e promoção da igualdade, encargos com pensões, política de inovação e sustentabilidade, sistemas de informação e controlo de riscos e política de compras ecológicas. É reforçado o controlo financeiro das empresas do Estado, sendo estabelecidos deveres de informação e de auto-avaliação.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>QREN - Modelo de Governação</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 74/2008 - I Série n.º 79, de 22/04</p>	<p>Altera o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de 2007-2013. O presente diploma procede a pequenas alterações no diploma que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de modo a compatibilizar o enquadramento legislativo nacional com os Programas Operacionais. Assim, introduz alguns ajustamentos no Decreto-Lei n.º 312/2007 (que é objecto de republicação), de forma a garantir a coerência com os compromissos assumidos com a Comissão Europeia, na sequência do processo negocial conducente à aprovação de todos PO do QREN, durante o ano de 2007. Este Decreto-Lei entra em vigor a 23 de Abril de 2008.</p>
<p><i>Aplicações Financeiras em Territórios Off Shore</i></p> <p>Despacho n.º 11595/2008 - II Série - Parte C n.º 80, de 23/04</p>	<p>Estabelece a obrigatoriedade de os serviços e organismos da administração directa do Estado e os serviços e fundos personalizados divulgarem, nos seus relatórios anuais de actividade, a informação relativa às aplicações financeiras que detenham emitidas a partir dos territórios <i>off shore</i>.</p>
<p><i>Gás Natural</i></p> <p>Despacho n.º 11830/2008 - II Série - Parte E n.º 81, de 24/04</p>	<p>Procede à homologação das tarifas de venda a clientes finais de gás natural a vigorarem no 2.º trimestre de 2008.</p>
<p><i>Classificação de Estabelecimentos Hoteleiros</i></p> <p>Portaria n.º 327/2008 - I Série n.º 82, de 28/04</p>	<p>Aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos. Este novo sistema vem, na sequência da aprovação do novo regime jurídico dos empreendimentos turísticos pelo Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de Março, classificar os empreendimentos turísticos não apenas de acordo com os requisitos físicos das instalações, mas atendendo também à qualidade dos serviços prestados. A presente portaria entra em vigor a 29 de Abril de 2008.</p>
<p><i>Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio</i></p> <p>Despacho n.º 12255/2008 - II Série Parte C n.º 84, de 30/04</p>	<p>Altera as regras do Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio - MODCOM. Com as alterações agora efectuadas pretende-se contribuir para a competitividade do sector do comércio através da dinamização de projectos integrados e de projectos promovidos por jovens empresários. Visa-se também contribuir para uma maior coesão territorial através do apoio a pequenos projectos empresariais do sector do comércio em meio rural, de forma individual ou através de estratégias conjuntas.</p>
<p><i>Programa Operacional Temático Valorização do Território – QREN</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2008 - I Série n.º 89, de 8/05</p>	<p>Determina que a estrutura de missão criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 155-A/2006, de 17 de Novembro, é o organismo competente para, no âmbito dos financiamentos do Fundo de Coesão previstos no Programa Operacional Temático Valorização do Território para o domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos, exercer competências enquanto organismo intermédio, nos termos do modelo de governação do QREN.</p>
<p><i>Sistema Estatístico Nacional</i></p> <p>Lei n.º 22/2008 - I Série n.º 92, de 13/05</p>	<p>Estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional. É revogada a Lei n.º 6/89, de 15 de Abril e o Decreto-Lei n.º 124/80, de 17 de Maio, e n.º 294/2001, de 20 de Novembro.</p>
<p><i>Coeficientes de Desvalorização da Moeda</i></p> <p>Portaria n.º 362/2008 - I Série n.º 92, de 13/05</p>	<p>Actualiza, para efeitos de determinação da matéria colectável do IRC e do IRS (no âmbito da correcção monetária das mais-valias e das menos-valias), os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2008.</p>
<p><i>Divisão de Organizações do Trabalho – MTSS</i></p> <p>Despacho n.º 13454/2008 - II Série Parte C n.º 93, de 14/05</p>	<p>Cria a Divisão de Organizações do Trabalho. Integrada na Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, esta nova entidade tem como principais atribuições preparar medidas de política, legislação e regulamentação relativas a organizações representativas de trabalhadores e empregadores, bem como, registar os acordos sobre o envolvimento dos trabalhadores celebrados no âmbito de empresas ou grupos de empresas de</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Catálogo Nacional de Qualificações – Formação profissional</i></p> <p>Despacho n.º 13456/2008 - II Série n.º 93, de 14/05</p>	<p>dimensão comunitária, de sociedades anónimas europeias e de sociedades cooperativas europeias. O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Maio de 2008.</p> <hr/> <p>Aprova, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2997, de 31 de Dezembro) a versão inicial do Catálogo Nacional de Qualificações. O Catálogo Nacional de Qualificações está disponível no sítio da Internet em <a href="http://www.catalogo.anq.gov.pt">www.catalogo.anq.gov.pt</a> e deverá ser actualizado em permanência pela Agência Nacional de Qualificações. A partir da presente publicação, todas as actualizações do Catálogo Nacional de Qualificações serão publicadas em separata do Boletim do Trabalho e Emprego e publicitadas no sítio da Internet acima referido.</p>
<p><i>Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética — Portugal Eficiência 2015</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008 - I Série n.º 97, de 20/05</p>	<p>Aprova o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) (2008 -2015), igualmente, designado «Portugal Eficiência 2015», que integra as políticas e medidas de eficiência energética a desenvolver. Estabelece como meta a alcançar até 2015 a implementação de medidas de melhoria de eficiência energética equivalentes a 10 % do consumo final de energia, nos termos previstos na Directiva n.º 2006/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos.</p>
<p><i>Fornecimento de bens ou serviços</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 82/2008 - I Série n.º 97, de 20/05</p>	<p>O presente diploma é aplicável aos contratos celebrados a distância e aos contratos ao domicílio e equiparados, bem como, a outras modalidades contratuais de fornecimento de bens ou serviços, tendo em vista promover a transparência das práticas comerciais e salvaguardar os interesses dos consumidores.</p>



## Abreviaturas Utilizadas



